

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS PÚBLICAS

NEIVA FOGOLARI

CULTURA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE CERRO LARGO/RS, NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

CERRO LARGO

2022

NEIVA FOGOLARI

**CULTURA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE CERRO LARGO/RS, NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivann Carlos Lago

CERRO LARGO

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Fogolari, Neiva

CULTURA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE CERRO LARGO, RS, NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA. / Neiva Fogolari.

-- 2022.

95 f.

Orientador: Doutor Ivann Carlos Lago

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS, 2022.

1. Cultura Política. Cidadania. Educação. Desenvolvimento.. I. Lago, Ivann Carlos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

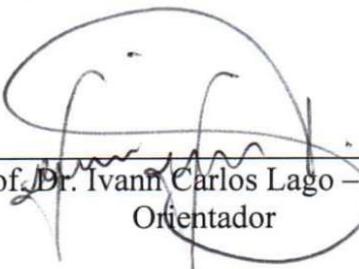
NEIVA FOGOLARI

**CULTURA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE CERRO LARGO/RS, NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 04/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivanni Carlos Lago – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Edemar Rotta
Avaliador



Profª Dra. Neusette Rigo Machado
Avaliadora

Eu me torno Mestre, agregando um novo significado à cultura política, à educação e ao desenvolvimento, porque recebi o apoio e a força de muitas pessoas. A elas e, em especial à minha neta Bárbara, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Tornar-me Mestre faz com que eu pertença ao lugar que, por tanto tempo, faz parte dos meus sonhos – a mais bela razão de viver do mundo acadêmico e de conquista profissional. Meu sentimento, neste momento, é de gratidão por todo aprendizado e conhecimento adquiridos, bem como por ter sido um processo que, nem sempre, foi linear; mas foi, exatamente, necessário para uma evolução pessoal, acadêmica e profissional.

Nesse sentido, quero, primeiramente, agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Ivann Carlos Lago, que me acompanhou desde o início desta jornada, neste mestrado. Demonstrar gratidão pela sua paciência, incentivo, dedicação, auxílio e disposição em sempre atender às minhas solicitações durante o desenvolvimento da dissertação. Mas, principalmente, por se preocupar em fazermos um trabalho que atendesse às especificidades do Programa de Mestrado, bem como que fosse relevante para o entendimento da realidade na qual me insiro, diariamente, contribuindo significativamente para o esclarecimento de uma indagação pessoal e profissional que há anos me acompanhava.

Da mesma forma, agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*, pela oportunidade de realizar o mestrado de forma gratuita e com profissionais qualificados, voltados à atenção de uma sólida formação teórica e crítica – especialmente ao quadro de docentes e servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – contribuidor ao desenvolvimento sustentável, à democracia e à cidadania, nas diversas dimensões do estudo, do debate e da pesquisa.

Aos meus colegas, pela cumplicidade, empatia, humanidade, interação e esforço coletivo, no decorrer do curso.

Aos gestores das escolas municipais, estaduais e particular de Cerro Largo (RS), que aceitaram participar deste estudo – pois sem o seu pronto atendimento, dedicação e tempo destinado à entrevista, a conclusão deste trabalho não teria sido possível – o meu profundo reconhecimento.

À minha família, meu bem maior: minha mãe Silma e meu pai Odacir (i.m.), porque o empenho em me educar e o incentivo ao estudo vieram, sempre, em primeiro lugar. Ao meu esposo Pedro Valdir, pelo companheirismo, porque teve o cuidado de compreender os meus momentos de “ausência” e acumular as minhas responsabilidades nas horas dedicadas a essa produção; ao meu filho Gustavo e família, por compreenderem que essa mãe, sogra e *nonna* estava, no seu tempo de estudo e construção, desenhando a conquista de ser, enfim, Mestre.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma investigação amparada no debate sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento, tomando a escola como objeto de estudo; instituição que, além de possuir com a cultura uma relação de influência recíproca, tem ainda, entre suas atribuições, a formação para a cidadania. O foco da investigação foi a análise das concepções de cidadão e de cidadania que orientam essas escolas, como condição para compreender de que forma a escola interfere na cultura e no comportamento político dos cidadãos, assumindo-se esse comportamento como um fator importante e necessário ao desenvolvimento. A pesquisa foi empreendida junto às escolas do município de Cerro Largo/RS, através de entrevistas que foram realizadas com os gestores dessas instituições e do estudo de documentos institucionais. Ao final da pesquisa, foi apresentada uma análise detalhada do processo de formação para a cidadania realizado pelas escolas estudadas e sua interferência na composição da cultura política; da relação entre essa cultura política e os padrões de comportamento político dos cidadãos; das correlações entre tais padrões de comportamento e o desenvolvimento local. Constatou-se que há ciência, por parte dos gestores, do papel fundamental da escola na formação do cidadão, o que também consta nos documentos escolares, porém a instituição escolar não tem conseguido desempenhar com êxito sua função. Verificou-se, ainda, que, segundo os entrevistados, predomina no município uma cultura política pouco ativa, de pouca participação na vida política da comunidade e de iniciativas em prol do desenvolvimento.

Palavras-chave: Cultura Política. Cidadania. Educação. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work consists of an investigation supported by the debate on political culture and its relationship with development, taking the school as an object of study; institution that, in addition to having a relationship of reciprocal influence with culture, also has, among its attributions, the formation for citizenship. The focus of the investigation was the analysis of the concepts of citizen and citizenship that guide these schools, as a condition to understand how the school interferes in the culture and in the political behavior of the citizens, assuming this behavior as an important and necessary factor for the development. The research was carried out with schools in the municipality of Cerro Largo (RS), through interviews that were carried out with the managers of these institutions and the analysis of institutional documents. At the end of the research, we present a detailed analysis of the process of formation for citizenship, carried out by the schools studied and its interference in the composition of the political culture; the relationship between this political culture and the patterns of political behavior of citizens; the correlations between such behavior patterns and local development.

Keywords: Political Culture. Education. Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados do Município de Cerro Largo/RS.....	37
Quadro 2 – Relação de Ex-prefeitos de Cerro Largo/RS.....	38
Quadro 3 – Rede Municipal de Ensino.....	39
Quadro 4 – Rede Estadual de Ensino.....	40
Quadro 5 – Rede Privada de Ensino.....	40
Quadro 6 – Dados de Escolarização do Município de Cerro Largo.....	42
Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Cerro Largo/RS (IDEB).....	42
Quadro 8 – Escolas Pesquisadas.....	45
Quadro 9 – Composição das Equipes Gestoras das Escolas.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BNCC – Base Nacional Curricular Comum
- CEP – Comissão de Ética e Pesquisa
- CPM – Círculo de Pais e Mestres
- EEEB – Escola Estadual de Educação Básica
- EEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental
- EEI – Escola de Educação Infantil
- EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PP – Partido Progressistas
- PPGDPP – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- RS – Rio Grande do Sul
- UAB – Universidade Aberta do Brasil
- UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- URI – Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O DEBATE SOBRE CULTURA E SUAS INTERFACES COM A POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1 O DEBATE SOBRE CULTURA, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA.....	17
2.1.1 O conceito de cultura.....	17
2.1.2 Cultura política e suas especificidades: Almond e Verba como pioneiros e o desenvolvimento dos estudos na área.....	20
2.1.3 O modelo do ‘cidadão interpretante’.....	23
2.2 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO.....	26
2.3 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO.....	30
3 O MUNICÍPIO DE CERRO LARGO.....	36
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA.....	36
3.2 FORMAÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVA.....	37
3.3 EDUCAÇÃO E CULTURA.....	39
4 A CULTURA POLÍTICA NAS ESCOLAS DE CERRO LARGO.....	43
4.1 PREÂMBULO METODOLÓGICO.....	43
4.2 OS DOCUMENTOS ESCOLARES	49
4.3 A VISÃO DOS GESTORES ESCOLARES.....	57
4.3.1 Interferência da escola no processo de desenvolvimento da sociedade.....	58
4.3.2 A cidadania e o papel da escola na formação do cidadão.....	63
4.3.3 Currículo e valores na formação para a cidadania.....	67
4.3.4 Conteúdos escolares, mundo político e realidade dos alunos.....	69
4.3.5 Influências do trabalho da escola sobre visões de mundo dos alunos.....	71
4.3.6 Estímulos à cultura da participação.....	72
4.3.7 Cidadão: tipo ideal e características.....	75
4.3.8 Cultura política: características e predominância no município.....	77
4.3.9 Escola, formação de cultura política e desenvolvimento.....	79
4.3.10 O papel da escola na sociedade atual.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	92
APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados.....	94

APÊNDICE C – Perfil dos Entrevistados.....	95
---	-----------

INTRODUÇÃO

A transformação de uma sociedade pode ser propiciada, em grande medida, por intermédio da cultura. Considerando-se que “não existe sociedade sem cultura e que esta tem relação ampla e complexa com o desenvolvimento” (HARRISON; HUNTINGTON, 2002; PUTNAM, 2006), é imprescindível analisar os elementos característicos da cultura política e a forma que os cidadãos exercem a sua competência cidadã. Portanto, compreender os elementos que constituem a cultura política dos cidadãos é fundamental para compreendermos como se dá o exercício da cidadania.

Faz-se necessário, assim, verificar o papel que a escola tem desempenhado no processo de formação da cultura política dos cidadãos, levando-se em conta que a incorporação da análise cultural e das mudanças culturais nos estudos sobre políticas públicas e projetos de desenvolvimento pode qualificar significativamente seus resultados. Se, de fato, a cultura importa (HARRISON; HUNTINGTON, 2002) é de fundamental importância a análise dos processos através dos quais ela se forma, se dissemina, se consolida e influencia os comportamentos sociopolíticos. E a escola tem papel central nesse processo, especialmente por ser a instituição a qual cabe a função de formação básica e geral dos (futuros) cidadãos.

Obviamente não se assume a escola como instituição a quem cabe a função exclusiva de formação cultural. Mas ela possui um papel determinante na formação e na consolidação de importantes elementos constitutivos da cultura política como campo específico da cultura.

Nesse sentido, na proposta de pesquisa visou-se refletir sobre o processo de formação para a cidadania nas escolas do município de Cerro Largo/RS, a partir das concepções de cidadania e de cidadão que orientam essas instituições e seus gestores, e de suas relações com o desenvolvimento em suas várias dimensões.

Propôs-se um debate sobre o papel desempenhado pelas escolas públicas e privadas do município na formação da cultura política dos cidadãos, tendo em vista que a consolidação de uma cultura política mais crítica e participativa, com padrões de comportamento mais autônomos em relação à política, ao voto, à fiscalização das ações dos gestores públicos, implica em maior controle público da gestão e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento, entendido em seu sentido amplo, o qual inclui a democracia e a participação cidadã entre seus indicadores fundamentais.

O tema central da pesquisa consistiu em uma investigação amparada no debate sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento, tomando a escola como objeto de estudo; instituição que, além de possuir com a cultura uma relação de influência recíproca,

tem ainda, entre suas atribuições, a formação para a cidadania. Assim, o foco da investigação foi a análise das concepções de cidadão e de cidadania que orientam essas escolas, como condição para compreender de que forma a escola interfere na cultura e no comportamento político dos cidadãos, assumindo-se esse comportamento como um fator importante e necessário ao desenvolvimento.

E a intenção foi a de investigar, nas escolas do município de Cerro Largo/RS, como esse processo vem sendo feito. Ou seja, como essas escolas têm contribuído na formação de uma cultura política cujos efeitos favoreçam (ou não) o desenvolvimento em suas diversas acepções? Quais valores têm sido tomados como centrais por essas escolas, enquanto instituições sociais centrais à formação humana, em suas estratégias de formação para a cidadania? Quais concepções de cidadão, de política e de sociedade orientam as estratégias e os discursos dessas escolas? Essas foram questões centrais que orientaram a pesquisa, da qual resultou o presente trabalho.

O objetivo, portanto, consistiu em analisar o processo de formação para a cidadania junto às escolas do município de Cerro Largo/RS, assumindo-o como elemento central na composição da cultura política, e sua relação com o desenvolvimento em suas diversas dimensões (social, econômica, política, ambiental, humana), considerando a influência que a instituição escolar exerce sobre as visões de mundo e o comportamento sociopolítico dos cidadãos.

Para tanto, teve-se como objetivos específicos: a) Identificar, em termos gerais, os elementos característicos da cultura política no município de Cerro Largo; b) verificar se o currículo escolar contempla a formação para a cidadania, ou seja, se além dos conteúdos curriculares, compreende os valores de uma cultura política cidadã e de participação ativa, bem como analisar a maneira como são trabalhadas nas escolas as concepções de cidadão, de política e de sociedade sobre as quais se constituem; c) analisar as concepções de política, de cidadão e de cidadania que norteiam os documentos pedagógicos e o trabalho dos gestores das escolas no município de Cerro Largo; d) compreender de que maneira os conteúdos escolares sobre política e cidadania se relacionam com o mundo político dos alunos, e em que medida contribuem para o desenvolvimento de valores integrantes de uma cultura política autônoma e de participação.

O eixo central do estudo foi a relação entre cultura, comportamento político e desenvolvimento. Nesse contexto, o papel desempenhado pela escola na formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos é de grande relevância, necessitando, portanto, ser trazido à tona nos espaços de discussão, tanto da comunidade como da gestão pública e

das escolas, visto que as pessoas, em sua grande maioria, não demonstram ter percepção da relação entre os mesmos.

Considerando que as escolas, quase em sua totalidade, contemplam em seus Projetos Políticos Pedagógicos a formação do ser humano em sua dimensão integral, visando formar um cidadão crítico, participativo e autônomo, considerou-se fundamental averiguar como essas escolas, enquanto instituições, compreendem o que seja política, cidadania, participação política, e como veem seu papel enquanto responsáveis pela formação dos novos cidadãos. Ou seja, procurou-se investigar as concepções que orientam essas escolas em sua tarefa de formação para a cidadania, voltada à autonomia de pensamento, à postura crítica e socialmente comprometida.

Considerando que a formação do ser humano na sua integralidade é um dos eixos centrais da escola contemporânea, julgou-se necessário investigar se os conteúdos que são ofertados aos alunos e a forma como são trabalhados têm sido capazes de produzir, como efeito, um cidadão mais ativo e autônomo. Afinal, se a cultura é um elemento central para o desenvolvimento – em seu sentido amplo – (HARRISON; HUNTINGTON, 2002), então é fundamental compreender o papel que a escola exerce como uma das estruturas formadoras da cultura, especialmente em sua dimensão política.

Dentre os fatores que motivaram ao estudo deste tema está a observação de que muitos cidadãos desconhecem ou desconsideram a importância da política, assumindo uma posição de apatia, de indiferença ou mesmo de rejeição, não exercendo a sua competência cidadã, delegando-a, muitas vezes a outros, o que impõe sérios obstáculos à democracia e ao próprio desenvolvimento. Nesse sentido, na proposta de pesquisa procurou-se também refletir sobre a relação entre cultura, comportamento político e desenvolvimento, buscando compreender como esses elementos se relacionam e se influenciam no âmbito local, tomando o município de Cerro Largo como foco de pesquisa.

Se a escola possui papel central na formação dos cidadãos e na consolidação dos elementos básicos da cultura política necessária ao funcionamento da democracia, as concepções de política, de cidadania, de ser humano, de democracia que orientam sua atuação constituem-se fator decisivo no trabalho que executam. Compreender essas concepções, portanto, é fundamental para podermos analisar o lugar e o papel da escola como instituição que, em uma democracia, possui também o papel de preparar os cidadãos para a vida e para a atuação nesse regime. Se a democracia depende tanto de instituições democráticas, quanto de uma cultura democrática, e se a escola é uma das instituições centrais na formação da cultura, então o que a escola faz, ou deixa de fazer, tem impacto direto na consolidação do regime

democrático e nos padrões de atuação política dos cidadãos. A forma como a escola compreende a democracia, a política e a cidadania terá, assim, impacto direto na formação desses cidadãos e, por consequência, no funcionamento do regime.

Considerando o vínculo decisivo entre cultura e desenvolvimento, e tendo presente que o padrão de comportamento político de participação, envolvimento e fiscalização dos governos é um dos pressupostos básicos para o desenvolvimento, justifica-se a relevância da deste trabalho, tanto em termos sociais e de gestão pública, quanto acadêmico.

O tema da relação entre cultura e desenvolvimento, embora bastante consolidado no âmbito acadêmico, ainda se encontra em processo de construção e aprimoramento de suas metodologias e paradigmas teóricos. Nesse sentido, fez-se a pesquisa com o intuito de trazer contribuições, especialmente ao focar no processo de formação dos cidadãos a partir da escola como instituição central desse processo.

Cabe ressaltar que os níveis de participação cidadã e da cultura política que lhe dá sustentação são definidos pelos valores políticos dos cidadãos e as atitudes deles decorrentes, e esses podem também ser desenvolvidos pela educação formal. O propósito foi o de contribuir para reflexões que incitem mudanças na escola e, por decorrência, na sociedade, cujo foco seja o aprimoramento do processo de formação e desenvolvimento, inclusive da cultura.

Não obstante isso, o que impulsionou a realização da pesquisa, além do propósito de realizar um estudo do tema proposto, foi a intenção de observar a forma que são realizadas as atividades pedagógicas no ambiente escolar. No decorrer da vida profissional dedicada à atividade docente, a autora transitou continuamente pelos espaços escolares. No entanto, a maior parte do tempo foi dedicada à execução de tarefas rotineiras, de maneira pragmática, o que dificultava, muitas vezes, uma análise mais detalhada do contexto escolar.

A escolha do objeto de pesquisa embasou-se no propósito de oportunizar, além da aprendizagem e do crescimento pessoal e profissional pretendidos, a possibilidade de contribuir com as instituições de ensino, visto que os entrevistados, ao elaborarem as respostas aos questionamentos feitos, foram incitados à reflexão sobre a sua prática pedagógica e a de sua instituição como um todo.

É preciso salientar, ainda, a afinidade da pesquisa com o objeto de estudo do curso de Mestrado, pois o PPGDPP se propõe a fazer uma análise da sociedade, ao debate sobre o desenvolvimento em suas diversas dimensões e à proposição de políticas públicas, ações e projetos que promovam um desenvolvimento sustentável, tendo como foco a democracia e a cidadania. E essa foi, também, a finalidade do projeto do qual resultou esta Dissertação.

Em suma, além do grande apreço por esta área do conhecimento, e tendo atuado, por muitos anos, em gestão escolar e em gestão pública, entendeu-se como fundamental buscar aperfeiçoamento na área. É importante destacar também que os profissionais do magistério são tidos como referência para muitos cidadãos, o que aumenta a responsabilidade em relação à sociedade. Portanto, a busca de conhecimento e de atualização constitui-se em um compromisso a fim de que se possa participar e contribuir efetivamente com o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da comunidade.

A realização da pesquisa foi norteada por uma abordagem fenomenológico-hermenêutica. Quanto à metodologia, o estudo foi desenvolvido através de pesquisa qualitativa, em que se procurou uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo, interpretando-o a partir de documentos institucionais, dos discursos dos entrevistados e do significado dos comportamentos observados. Os detalhes metodológicos são descritos no capítulo 4 desta Dissertação.

A estrutura proposta para este estudo foi elaborada com o propósito de, em primeiro momento, apresentar as bases teóricas acerca do tema elencado e, posteriormente, expor os dados, a análise e os resultados obtidos através da pesquisa realizada. Compreende a parte introdutória, dividindo-se o texto em mais três capítulos. O primeiro deles tem como título “O Debate sobre cultura e suas interfaces com a política e o desenvolvimento”. Dividido em subtítulos, trata da apresentação do referencial teórico, expondo uma discussão sobre conceitos, aspectos elementares e características relativas a cada uma das partes. O segundo capítulo, “O Município de Cerro Largo”, contextualiza dados históricos, geográficos, administrativos, culturais e da educação. O terceiro capítulo, “A Cultura Política nas escolas de Cerro Largo”, apresenta um preâmbulo, que contém particularidades do estudo e pesquisa, considerando-se a metodologia aplicada para este fim; uma discussão sobre os documentos escolares pesquisados e a visão dos gestores de escolas frente à realidade e ao contexto de suas relações com o desenvolvimento em suas várias dimensões. E completou-se com as “Considerações Finais”, que apresentam as conclusões gerais da pesquisa advindas do estudo que se realizou.

2 O DEBATE SOBRE CULTURA E SUAS INTERFACES COM A POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são apresentados os referenciais teóricos relativos ao objeto de estudo dessa dissertação. Inicialmente, discorreu-se sobre os principais conceitos de cultura, sobre aspectos fundamentais relacionados à cultura política na visão dos pioneiros Gabriel Almond e Sidney Verba (1963;1989) e, também, sobre as características do “cidadão interpretante”, dado o modelo de Mauro Pereira Porto (2003). Em sequência, o foco é a reflexão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, bem como sobre o processo de formação do cidadão através da educação formal e sua influência sobre a cultura dos indivíduos e o desenvolvimento de uma sociedade.

Considerando que o lócus do estudo é o município de Cerro Largo, são apresentados, também, na sucessão, alguns dados relacionados à sua formação histórica, geográfica, administrativa e cultural.

2.1 O DEBATE SOBRE CULTURA, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA

Nesta seção são apresentados alguns conceitos de cultura, considerando que o termo é polissêmico e multidimensional. Procurou-se enunciar, também, alguns aspectos fundamentais sobre cultura política e cidadania, destacando, entre a vasta literatura, as abordagens de Almond e Verba (1963;1989) e de Mauro Pereira Porto (2003).

2.1.1 O conceito de cultura

Ao iniciar a discussão acerca do tema proposto, e sem a pretensão de esgotá-lo, fez-se necessário apresentar alguns conceitos fundamentais, tomando como base autores que se destacam nessa área.

Não existe sociedade sem cultura, ou seja, a cultura é constitutiva da sociedade. Cultura, em uma visão simplista (de senso comum), está, muitas vezes, associada à noção de conhecimento, de formação, ou de identidade cultural. Porém, observa-se que sua definição é mais ampla, demandando, portanto, uma reflexão aprofundada.

Neste sentido, ao se fazer referência à cultura, pode-se afirmar que “é um conceito que vai além da definição dos processos de cognição como atividades de processamento de informação, já que o conceito incorpora a preocupação com valores mais amplos e outras

dimensões avaliativas e afetivas do pensamento humano” (PORTO, 2003, p. 83).

A cultura reflete os padrões que os indivíduos desenvolvem a partir de sua interação com a comunidade; corresponde a um conjunto de hábitos, atitudes, crenças e valores que dão sentido ao mundo que cerca um indivíduo. Representa “o modo como o ser humano vê a si mesmo e ao mundo, como se vê diante do próprio mundo e como parte dele, como se apropria do cotidiano e como se relaciona com ele” (LOIOLA; MIGUEZ, 2007).

Dentre as diversas definições existentes, cumpre-nos destacar as abordagens clássicas relacionadas ao termo em questão, ou seja, elencar alguns conceitos de cultura em sentido amplo ou antropológico e no sentido restrito ou de produção cultural, pois ambas as concepções são fundamentais para compreendermos a cultura como dimensão estratégica do desenvolvimento.

Segundo Gilbert Rist (*apud* TRENNEPOHL *et al.*, 2007, p. 152), o termo “cultura” pode ser compreendido de duas formas:

Em seu sentido amplo (antropológico) significa o conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com o sagrado e as práticas que derivam destas relações. Em seu sentido restrito (cultivado) refere-se aos produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural.

Na concepção restrita, a cultura constitui-se enquanto uma prática social distinta, um espaço social de relações objetivas, “comporta instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, regras e sanções” (LOYOLA; MIGUEZ, 2007, p. 7).

Para Botelho (*apud* LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 8), em sentido restrito, a cultura descola-se do cotidiano e passa a significar:

Uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão [que demanda, para se tornar efetiva,] uma organização da produção cultural que permite a formação e/ou aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar nesse circuito de produção, que cria espaços ou meios que possibilitam a sua apresentação ao público, que implementa programas/projetos de estímulo, que cria agências de financiamento para os produtores. Em outras palavras, trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura.

No sentido amplo ou antropológico, “cultura significa o conjunto maior da produção e elaboração, simbólica e material, do ser humano: os artefatos, o imaginário, os comportamentos, as práticas; as formas de expressão, de organização, de percepção e de

apropriação do cotidiano” (LOYOLA; MIGUEZ, 2007, p. 7).

Significa, ainda, o modo de ser do homem, o modo de ver e de se relacionar com o mundo no qual se reconhece. Segundo Botelho (*apud* LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 7), na sua dimensão antropológica:

[...] a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. [...] os fatores que presidem a construção desse universo protegido podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc. Na construção desses pequenos mundos, em que a interação entre os indivíduos é um dado fundamental, a sociabilidade é um dado básico.

Ainda, ao analisar a cultura articulando-a às concepções de trabalho, de ciência e de tecnologia, é possível compreendê-la também como “as diferentes formas de criação da sociedade, incluindo as práticas de produção da existência humana, seus valores, suas normas de conduta, suas obras” (BRASIL, 2013, p. 25). Portanto, a cultura pode ser considerada tanto a produção ética quanto estética de uma determinada sociedade; representa a expressão de valores e hábitos; comunicação e arte; produção e fruição. Nesse contexto, cultura surge como:

[...] o resultado do esforço coletivo tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Por essa perspectiva, a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada (BRASIL, 2013, p. 25).

Observa-se que o conceito de cultura é polissêmico, amplo e bastante complexo. Portanto, há ainda a necessidade de muito estudo acerca do tema. Porém, é fundamental destacar que, de fato, “a cultura importa” (HARRISON; HUNTINGTON, 2002), pois é ela que define o comportamento dos indivíduos.

Considerando a polissemia da concepção de cultura, é necessário definir em que sentido será tomado o seu conceito. A pesquisa realizada teve como referência a concepção antropológica de cultura, por se constituir em uma perspectiva mais abrangente que, além de definir a cultura como elemento representativo e significador da complexidade social, a percebe “como argamassa constitutiva de todos os outros elementos e potencialmente

interveniente em todos os aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem diagnósticos e políticas de desenvolvimento” (LAGO; ROTTA, 2018, p. 1).

A cultura em seu sentido amplo é o elemento central neste trabalho, visto que propôs o debate sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, sobre cultura política e cidadania, tendo como objeto de pesquisa o papel desempenhado pelas escolas de Cerro Largo/RS no processo de formação para a cidadania.

2.1.2 Cultura política e suas especificidades: Almond e Verba como pioneiros e o desenvolvimento dos estudos na área

Nas Ciências Sociais em geral, e na ciência política em especial, parte significativa da literatura apresenta a cultura como uma variável importante para compreender os sistemas políticos. Os valores culturais são elementos importantes na análise dos processos políticos.

Partindo do pressuposto de que a cultura de um determinado povo é um elemento preponderante na definição de seu comportamento, entendemos que a cultura política dos cidadãos é fator determinante de seu comportamento político.

Almond e Verba (1963) foram os pioneiros nos estudos sobre “Cultura Política”. Sua obra “*The Civic Culture*” continua sendo referência no debate sobre o conceito de cultura política e sobre seus efeitos no comportamento dos cidadãos e no funcionamento dos regimes políticos. A obra resultou de um estudo comparativo realizado em cinco países com o objetivo de identificar quais condições culturais poderiam ser favoráveis ou desfavoráveis à democracia. O objetivo principal de Almond e Verba (1963) era analisar o papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos. E foi a partir de seus estudos que o tema passou a ter maior importância nas ciências sociais, surgindo, posteriormente, diferentes abordagens. Porém, os elementos gerais apontados pelos autores, na época, ainda representam ferramentas importantes para os debates da atualidade.

Em sua abordagem, a cultura dos cidadãos é um dos primeiros aspectos a ser levado em consideração no estudo dos regimes políticos, das instituições políticas e do funcionamento dos governos; os elementos culturais influenciam no modo de agir dos atores políticos; é a cultura que define a configuração das ações individuais de todos os envolvidos em um sistema político. A cultura determina, inclusive, a forma como os agentes políticos se apropriam das instituições políticas, como se relacionam com elas e como lhes dão significado. Na obra *The Civic Culture*, o conceito de cultura política refere-se às atitudes e às orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos, “às orientações especificamente

políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública" (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12). A partir desse conceito, a cultura política de uma nação é definida como "a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação" (ALMOND; VERBA, 1989, p. 13).

Segundo os autores, os valores, os conhecimentos e as crenças políticas dos indivíduos são fundamentais para a configuração de qualquer sistema político. Os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisões, definem o comportamento político dos cidadãos. A cultura política é "a expressão do sistema político de uma determinada sociedade, englobando sentimentos e avaliações da sua população" (ALMOND; VERBA, 1963, p. 13). Há necessidade, portanto, de se conhecer e analisar a cultura política das pessoas de um determinado local, como ela se forma e quais as instituições que interferem na sua formação.

A cultura política, em termos gerais, é entendida como um conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade. E, nessa abordagem, a partir dos autores que orientam o trabalho, a cultura política é entendida como variável determinante na configuração dos processos políticos e na consolidação do regime democrático.

Para Almond e Verba (1963, p. 17):

A noção de cultura política destina-se a dar conta do fenômeno: significa, para nós, aderir a uma mesma concepção de formação social. Desse ponto de vista, implica que tendências diversas, num primeiro momento, contraditórias, possam surgir de uma mesma matriz geral; supõe também a difusão de um significado comum; e, enfim, refere-se a formas concretas de sociabilidade e comunicação. A cultura política não diz respeito, portanto, ao conjunto dos membros de uma sociedade, mas é antes constitutiva da identidade de um grupo (ALMOND; VERBA, 1963, p. 17).

Faz-se necessário destacar que a cultura política remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. O conceito de cultura política está vinculado à ideia de um modelo de comportamento político nos regimes democráticos. A partir de posicionamentos individuais podem ser traçados elementos coletivos de comportamento, e o comportamento político é determinante no desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos. Ou seja, para os autores, a cultura é um elemento coletivo, compartilhado, comum aos integrantes de um determinado grupo social; mas justamente por se manifestar como padrão social é que ela pode ser detectada a partir de suas manifestações individuais. É nas opiniões, nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos que a cultura se materializa,

se manifesta socialmente. Por isso é que, em termos metodológicos, são os indivíduos que constituem a fonte dos elementos que permitem compreender a cultura.

Para Almond e Verba (1963), as avaliações subjetivas dos sistemas políticos são divididas em três tipos de orientação. A cultura política é definida como "a frequência dos diferentes tipos de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas sobre o sistema político em geral, nos seus aspectos de *input* e *output*, e sobre a pessoa como ator político" (PORTO, 2003, p. 83).

Segundo os autores:

A orientação cognitiva diz respeito ao conjunto dos conhecimentos e crenças relativas ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos. A orientação afetiva determina os sentimentos que o indivíduo nutre com relação ao sistema político e social. Finalmente, a orientação avaliativa - julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos - envolve a combinação de informações, sentimentos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, consubstanciados em valores que orientam as ações individuais (ALMOND; VERBA, 1963, p. 14).

Portanto, visando o estabelecimento da democracia e a manutenção da estabilidade do sistema democrático, Almond e Verba entenderam que as condições culturais podem ser favoráveis ou desfavoráveis à democracia e, a partir disso, identificaram os três tipos de orientação política: cognitiva, afetiva e avaliativa. E essas orientações políticas devem ser analisadas a partir de diferentes classes de objetos políticos, incluindo sentimentos mais genéricos, processos políticos e administrativos e o papel do indivíduo.

Segundo Almond e Verba (1963), há duas dimensões básicas a serem consideradas ao analisar os tipos de cultura política: os tipos de orientação com relação aos objetos políticos e o tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações. A partir deste último, classificam a cultura política em três tipos básicos: i) a cultura política paroquial, que se identifica com estruturas políticas tradicionais; ii) a cultura política da sujeição, fundamentada em estruturas políticas autoritárias e centralizadas, e; iii) a cultura política da participação, que apresenta uma estrutura política democrática mais consolidada.

A cultura política paroquial seria característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas. Estas sociedades seriam caracterizadas ainda por baixos níveis de participação política e associativa, na medida em que os agentes têm uma visão limitada das estruturas de incorporação e resposta às demandas individuais e coletivas. A cultura política de sujeição ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas. Por fim, a cultura política da participação caracterizaria os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e

avaliações sobre o sistema político são equilibradamente distribuídos entre as estruturas de input e output (ALMOND; VERBA, 1963 *apud* KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 231).

A teoria de Almond e Verba (1963) foi fundamental, neste trabalho, que tem como elemento central a cultura, pois os autores defendem que a cultura dos cidadãos é um dos aspectos fundamentais a serem levados em consideração no estudo dos regimes políticos, das instituições políticas e do funcionamento dos governos. Afirmam ainda que os elementos culturais interferem no modo de agir dos atores políticos e que a cultura é fator interveniente na forma de agir dos indivíduos envolvidos em um sistema político.

De acordo com a teoria da cultura política de Almond e Verba (1963), a estabilidade e o desempenho das instituições nas democracias liberais (sistemas eleitorais, sistemas partidários e o sistema representativo) dependem de determinado comportamento político. Se o que define o comportamento político é a cultura política, é necessário, portanto, que haja uma cultura política de participação, imprescindível para a consolidação da democracia.

Considerando que a cultura política participativa é fundamental para a consolidação da democracia e que a democracia é indispensável ao desenvolvimento, procurou-se analisar de que maneira a formação escolar tem contribuído para a promoção da cidadania e da autonomia dos indivíduos. Ou seja, a finalidade foi verificar se as escolas de Cerro Largo/RS estão contribuindo para o desenvolvimento uma cultura participativa na sociedade local, tomando-se a abordagem dos autores como referência.

2.1.3 O modelo do “cidadão interpretante”

Na ciência política, há muitas abordagens que remetem ao estudo sobre cultura política. Na seção anterior, foi apresentada a teoria de Almond e Verba, que afirmam que a cultura política determina os comportamentos políticos, e que se sobrepõe às instituições políticas, visto que o desempenho das mesmas depende da cultura política prevalecente. E, para que a democracia se consolide, faz-se necessário que haja condições culturais propícias ou favoráveis, ou seja, uma cultura de participação, em que os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos.

A abordagem de Almond e Verba (1963) converge com a teoria de Porto, para quem o tipo ideal de cidadão é o *cidadão interpretante*, ou seja, um cidadão preparado para a participação democrática. Portanto, as abordagens dos autores têm ampla relação e se complementam, e serão tomadas como referência em nossa pesquisa.

Para Porto (2003), “o conceito de cultura política estava vinculado ao ideal do cidadão

bem informado desde a sua origem”. Enfatiza, também, a diferença entre a cultura política e a cultura geral mais ampla. De acordo com o autor, “a cultura política seria distinta da cultura geral mais ampla porque ela focaliza de forma mais específica os entendimentos das pessoas sobre como o poder e a autoridade operam” (PORTO, 2003, p. 83).

O autor destaca a influência dos meios de comunicação que, ao fornecerem informações, interferem na tomada de decisões consistentes e racionais por parte dos cidadãos. A mídia afeta os processos políticos, pois é preciso considerar a capacidade de interpretação das informações repassadas por parte dos indivíduos.

De acordo com Porto (2003), para além da influência da mídia, também é preciso analisar as condições que promovem ou impedem uma participação mais efetiva das pessoas na construção da cidadania. Afirma que há um grande paradoxo entre a teoria democrática, que tem como premissa um cidadão bem informado, que toma decisões, expressa livremente suas vontades e participa de forma efetiva dos processos políticos, e a realidade, em que se verifica muita desinformação e pouco interesse em relação a assuntos políticos por parte da maioria da população. “Este paradoxo pode ser expresso em termos do ‘dilema democrático’, ou seja, o fato de que as pessoas que devem tomar decisões razoáveis possam não ser capazes de cumprir esta expectativa” (PORTO, 2003, p. 68).

No que se refere à competência cidadã, verifica-se que o desconhecimento ou a falta de informação dos cidadãos representam grandes obstáculos para a democracia. Há também os cidadãos que são competentes para desempenhar suas funções cívicas apesar de serem pouco informados sobre assuntos públicos e políticos. Há, ainda, os cidadãos capazes de cumprir com as expectativas da teoria democrática. Portanto, em se tratando de comportamento político, Porto (2003) classifica os cidadãos, no que se refere à competência cidadã, em três modelos: o cidadão ignorante, o cidadão racional e o cidadão interpretante. O modelo *cidadão ignorante* tem como característica o baixo nível de informação, ou ignorância, por desenvolver, na maioria das vezes, seus entendimentos sobre os assuntos públicos e sobre o mundo de uma forma distorcida ou indireta, demonstrando incapacidade de tomada de decisões autônomas, o que representa sérios obstáculos ou inviabiliza a consolidação de regimes democráticos.

De acordo com a teoria da escolha racional, um cidadão, mesmo com baixos níveis de informação, é capaz de tomar decisões consistentes e racionais, pesando custos e benefícios e utilizando os meios disponíveis de forma eficiente para maximizar seus interesses. Este seria o *cidadão racional*. Esta noção está baseada, em grande medida, no livro *An Economic Theory of Democracy*, de Anthony Downs (1957). Em suma, na concepção de alguns autores,

baixos níveis de informação não impedem as pessoas de tomar decisões racionais, e concluem que o eleitorado é capaz de cumprir, pelo menos em termos relativos, com as expectativas da teoria democrática.

Já o modelo *cidadão interpretante* representa um avanço no que se refere ao dilema democrático. “Neste modelo, indivíduos não se baseiam apenas em informações, mas também, e de forma mais importante, em enquadramentos interpretativos, para elaborar uma concepção razoavelmente consistente do mundo” (PORTO, 2003, p. 89). Esta concepção de cidadão sugere que “a participação democrática pressupõe não apenas acesso à informação, mas também a existência, nos meios ambientes políticos e comunicacionais, de marcos interpretativos, os quais permitem aos cidadãos dar sentido às informações” (PORTO, 2003, p. 94). Propõe um marco (para a análise política) que vincula cognição, enquadramentos da mídia e estrutura política. Ou seja, os cidadãos precisam ter acesso a um conjunto de interpretações que deem sentido à realidade política de forma consistente.

De acordo com o modelo *cidadão interpretante*, para assegurar uma pluralidade de marcos interpretativos, as alternativas precisam ser salientes, ou seja, devem representar os interesses mais urgentes de uma parte considerável da população. “A discussão de medidas e regulamentações que garantam uma diversidade de marcos interpretativos na mídia é, portanto, uma das tarefas mais essenciais para a consolidação das democracias contemporâneas” (PORTO, 2003, p. 100).

O *cidadão interpretante*, que possui capacidade de interpretação da realidade e construção de sentido, é considerado o tipo ideal nos processos democráticos. Esse modelo de cidadão capaz de construir significados permite um avanço na solução do dilema democrático. Para tanto, é preciso considerar que, além da capacidade do indivíduo de interpretar a realidade política, deve existir uma pluralidade de pontos de vista ou circunstâncias da realidade acessíveis na esfera pública, especialmente nos meios de comunicação.

Observa-se que o modelo ideal de cidadão apontado por Porto (2003), o modelo *cidadão interpretante*, tem correlação com a *cultura de participação* defendida por Almond e Verba como a cultura ideal nos processos democráticos.

Almond e Verba (1963), ao afirmarem que há uma congruência entre a estrutura das instituições democráticas e os padrões de cultura democrática e que a democracia tem como requisito um tipo específico de cultura política, defenderam a cultura de participação como a mais favorável à democracia. Esta teoria conflui com o modelo ideal apontado por Porto (2003), o modelo *cidadão interpretante*, visto que este “modelo” de cidadão é o que reúne as condições adequadas para exercer a sua cidadania de forma crítica e participativa nos sistemas

democráticos.

A partir da pesquisa realizada, buscou-se analisar o processo de formação para a cidadania, desenvolvido nas escolas locais, procurando compreender a influência que exerce sobre o tipo de cultura e o modelo de cidadão predominantes, tendo como base as abordagens de Almond e Verba (1963) e de Porto (2003).

Considerou-se necessário investigar se as escolas têm se dedicado de forma efetiva à formação do ser humano em suas várias dimensões, contemplando a formação para a cidadania, e se, através de seu ofício, têm contribuído para a formação de cidadãos interpretantes e para o predomínio de uma cultura participativa.

A formação do ser humano na sua integralidade se caracteriza pela busca de uma formação mais completa possível. Para Bronfenbrenner (1989 *apud* GUARÁ, 2009, p. 71), o desenvolvimento humano é “o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida”.

Nesse sentido, atribui-se à educação formal uma tarefa ímpar, pois lhe cabe desenvolver a formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica; é possível, através da escola, formar cidadãos interpretantes, cuja característica é a cultura de participação. Ou seja, a escola pode formar um cidadão participativo e ativo, que tenha cultura democrática, que defenda os valores da democracia, da civilidade.

Portanto, a partir das abordagens explicitadas, entende-se que às escolas cabe uma função essencial, que é a de promover uma cultura de participação, de formação ao cidadão interpretante. As instituições escolares precisam exercer seu papel transformador do ser humano e da sociedade, contribuindo para que prevaleça, nos cidadãos egressos, uma cultura política favorável à consolidação da democracia.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Nas seções anteriores, fez-se a apresentação da concepção de cultura, destacando-a como elemento preponderante na definição do comportamento dos cidadãos. É preciso salientar que cultura e cidadania são elementos indissociáveis e que a escola tem papel fundamental na formação dos valores culturais dos cidadãos. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário entender de que forma a escola interfere na cultura e no comportamento político dos cidadãos e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma sociedade.

Segundo Lago e Rotta (2018), quando se fala em desenvolvimento, é indispensável destacar a referência ao termo em seu sentido amplo; pois, historicamente, a grande maioria das abordagens restringia a noção de desenvolvimento ao crescimento ou desenvolvimento econômico. Ou seja, o conceito de desenvolvimento estava vinculado, estritamente, ao progresso econômico.

De acordo com Niederle e Radomsky (2016), no final da década de 1980, começou a circular a noção de desenvolvimento sustentável, revisando as concepções anteriores de desenvolvimento com o propósito de estreitar a relação entre o crescimento econômico e a temática ambiental. Nessa mesma perspectiva, Ignacy Sachs, um dos maiores pensadores no campo do desenvolvimento sustentável, defende o ecodesenvolvimento, a ideia de que é possível conciliar desenvolvimento e proteção ambiental. Afirma que o desenvolvimento resulta de uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

Constata-se que, ao longo da história, surgiram diversas abordagens, com enfoques distintos, relacionadas ao conceito de desenvolvimento. Porém, segundo Trennepohl *et al.* (2007), houve inúmeros fracassos em iniciativas e projetos de desenvolvimento por falta de atenção à dimensão cultural, o que fez com que o tema passasse a ser considerado e, conseqüentemente, debatido com mais intensidade.

Segundo Siedenberg *apud* Lago e Rotta (2018, p. 355):

[...] durante as últimas cinco décadas o tema do desenvolvimento ocupou um lugar de destaque nas ciências sociais e econômicas, na discussão política, na mídia e nas políticas públicas. Apesar disso nunca houve unanimidade em torno desse conceito e, principalmente, como o desenvolvimento pode ou deve ser fomentado.

As teorias mais recentes, apesar de apresentarem diferenças, têm um ponto em comum: compreendem o desenvolvimento a partir de uma perspectiva ampla e complexa, ou seja, a partir do enfoque dado pelas mesmas, é considerada desenvolvida uma sociedade em que as pessoas reúnem condições para viver de forma plena, digna, com qualidade e com liberdade. Essas teorias, mesmo que divergentes, têm em comum a noção de desenvolvimento enquanto “um fenômeno localizado, multidimensional e complexo que implica um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza” (LAGO; ROTTA, 2018, p. 356).

Para os autores, o desenvolvimento não pode ser dissociado das relações sociais e do lócus social, pois:

É um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais, produto das relações tensas e contraditórias que se estabelecem no interior das formações sociais e na relação destas com as demais, em cenários multiescalares e, como tal, é objeto do jogo de forças, dos conflitos de classe, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais. (ROTTA et al. *apud* LAGO; ROTTA, 2018, p. 356).

Constata-se que, com o passar dos anos, a ideia do desenvolvimento foi se transformando. Trata-se de um tema muito amplo e complexo, que suscita vasto debate. Hoje, considera-se o desenvolvimento como um conceito pluridimensional, que abrange diversos fatores.

Segundo Lago e Rotta (2018), a dimensão da cultura começou a ser considerada, nos estudos sobre desenvolvimento, a partir de questionamentos à economia clássica, mas foi inserida, definitivamente, após a Segunda Guerra Mundial, sendo considerada, a partir de então, como uma variável fundamental no processo de desenvolvimento das sociedades.

Loiola e Miguez (2007, p. 4) alertam que:

As definições mais contemporâneas de desenvolvimento o compreendem como um processo amplo e complexo, que envolve uma grande quantidade de variáveis – humana, social, educacional, ambiental, econômica, política, cultural. [...] O desenvolvimento passa a ser assumido como um fenômeno endógeno em busca de relações de preservação com o ambiente, aberto ao câmbio institucional e dependente da história, que se realiza sobre territórios, e que, por isso tudo, é dependente de fatores externos e internos a esses territórios.

“A noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade; ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira” (ORTIZ, 2007, p. 3). Associa-se, de certo modo, à noção de progresso, podendo ser econômico, tecnológico, ou de valores políticos específicos como a democracia, entre outros. Ortiz (2007) afirma, ainda, que o desenvolvimento faz parte da essência das sociedades modernas, e a conexão entre cultura e desenvolvimento é decisiva.

A cultura pode ser compreendida como uma dimensão estratégica do desenvolvimento, pois a visão de mundo, os valores, as virtudes, as crenças são elementos que determinam o comportamento econômico, político e social dos cidadãos.

Dentre as instituições que se constituem em instrumentos de promoção cultural e de transformação, destaca-se, primeiramente, a escola. Porém, a religião, a mídia, as tradições comunitárias, os elementos históricos, as ações das lideranças políticas têm grande poder de interferência nos valores culturais dos indivíduos e, conseqüentemente, no desenvolvimento de um determinado local em todos os seus aspectos.

Reafirmando o acima exposto no que se refere à relação entre cultura e

desenvolvimento, uma questão interessante a ser destacada, por exemplo, é o fato de a religião ser considerada um dos aspectos mais relevantes para o desenvolvimento econômico. Max Weber, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, já defendia a tese de que os países protestantes são mais eficientes na geração da prosperidade econômica do que os países católicos.

Indo mais além, a análise das religiões sugere que as sociedades protestantes, judias e confucianas têm melhores resultados que as católicas, islâmicas ou cristãs ortodoxas, porque compartilham consideravelmente valores de um comportamento econômico favorável ao progresso da tipologia, enquanto outras religiões tendem a valores mais resistentes ao progresso (HARRISON, 2008, p. 4).

Partindo do pressuposto de que nada existe fora da cultura, é mister procurar desenvolver, através da educação, aspectos culturais que sejam importantes e úteis para a consolidação do modelo de sociedade que se considera desejável, pois onde houver uma cultura em que predominam elementos como o senso crítico, a ética, o espírito participativo, a consciência dos direitos e deveres enquanto cidadão, certamente, implicará maior desenvolvimento.

[...] do ponto de vista de sua concepção mais ampliada, a dimensão cultural é estratégica para o desenvolvimento pelo fato de que a cultura é a argamassa dos pactos celebrados entre os vários atores sociais e as políticas e projetos de desenvolvimento devem traduzir concertações dessa natureza [...]. Daí, por conseguinte, é fundamental que a dimensão cultural marque presença em todos os centros de decisão governamental e, assim, corte de maneira transversal o conjunto das políticas públicas que se ocupam do desenvolvimento [...] (LOIOLA; MIGUEZ, 2007, p. 11).

Reiterando o que já foi exposto, salienta-se que a cultura é elemento importante para o desenvolvimento; então, é primordial que os governos e as instituições ajam de forma a promover a cultura dos cidadãos. Incorporar a análise cultural e as mudanças culturais, somando-se a isto políticas e formulação de projetos que contemplem a participação cidadã, são ações que podem contribuir com a consolidação da democracia e, assim, constituir fatores de desenvolvimento.

E, nesse sentido, o trabalho desenvolvido na escola pode ser considerado um elemento fundamental na formação do ser humano em suas diversas dimensões; pois, além do desenvolvimento cognitivo, seu papel consiste em promover a autonomia individual e o pensamento crítico, o desenvolvimento social, a formação cultural de valores e os comportamentos. A escola é o agente principal que pode interferir na formação da cultura política dos cidadãos que é delimitadora das atitudes e comportamentos, e estes têm impacto direto sobre o desenvolvimento.

Em suma, observou-se que a relação entre cultura e desenvolvimento, o papel dos atores sociais e das instituições de ensino e o exercício da cidadania são temas que precisavam ser aprofundados. Nesse sentido, fez-se a pesquisa. E, nesta dissertação, pretendeu-se apresentar os resultados da análise dos dados coletados e das percepções resultantes das entrevistas e da pesquisa documental realizada nas escolas locais.

2.3 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A partir desse contexto de análise da relação entre cultura e cidadania, dos modelos comportamentais dos cidadãos no que se refere à cultura política, tornou-se relevante analisar a função desempenhada pela escola na formação dos cidadãos.

Antônio Gramsci (1968), em sua obra “Os intelectuais e a organização da cultura”, já defendia uma educação que busca a autonomia dos indivíduos, voltada para uma perspectiva crítica. Sua visão contribuiu para moldar a democratização da educação no mundo. Em sua reflexão teórica, demonstrou preocupação com a relação indivíduo e sociedade, baseando o conhecimento de caráter social nas práticas escolares.

A partir de suas ideias, passou-se a considerar o conhecimento e a cultura como ferramentas fundamentais para mudar a sociedade, através de uma prática docente crítica e progressista. Defendia, já na época, que a escola não pode estar a serviço do mercado capitalista, ser passiva, acrítica, despolitizada e desconectada da realidade. Em sua concepção, a escola deve estar voltada à formação humana e exercer o papel de agente transformador da realidade.

A escola é uma instituição que, além de desenvolver e potencializar a capacidade intelectual do indivíduo, desempenha um papel fundamental na formação de valores e de comportamentos. Compreende o aprimoramento de habilidades e competências, o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico e auxilia no desenvolvimento social.

A educação escolar possibilita ao indivíduo estabelecer relações e compreender a forma de organização da sociedade na qual está inserido. Portanto, a educação formal tem papel preponderante na organização da sociedade e das relações que se estabelecem, podendo representar um instrumento de transformação dessa mesma sociedade.

O trabalho desempenhado nas instituições de ensino precisa estar voltado à construção de uma cultura política favorável ao desenvolvimento, à formação de cidadãos preparados para a vida em sociedade. Para tanto, o primeiro passo é a instituição de ensino compreender o seu papel no desenvolvimento dos alunos, que vai muito além da transmissão de conteúdos.

De acordo com os documentos norteadores do ensino formal, dentre eles destacamos a LDB - Lei de Diretrizes e Bases, o PNE - Plano Nacional de Educação, os Planos Pedagógicos Escolares, a função das instituições de ensino é promover o desenvolvimento dos educandos para além de sua dimensão intelectual, isto é, devem primar por uma educação integral, que compreende o ser humano em sua multidimensionalidade, ou seja, em seus aspectos físicos, sociais, emocionais e culturais.

A educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades circunstanciais. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente (MAURÍCIO, L. V. *apud* PESTANA, 2014, p. 25-26).

Anísio Teixeira, um dos teóricos liberais da educação no Brasil, foi considerado um dos grandes impulsionadores da educação integral. Defendia uma educação completa, que respeitasse as individualidades dos sujeitos. Segundo Teixeira (2007), os princípios de uma educação integral estão voltados “para a formação humana, que prima pelo desenvolvimento completo do educando e de suas potencialidades, por meio de um ensino gratuito, obrigatório e laico, ou seja, uma educação cívica, moral, intelectual e ativa” (TEIXEIRA, 2007 *apud* PESTANA, 2014, p. 31).

Na educação integral, a preocupação com o ser humano é central. “Agrega-se a ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade” (GUARÁ, 2006, p. 16 *apud* PESTANA, 2014, p. 27). Ao compreender o homem como ser multidimensional, a educação deve contemplar as múltiplas exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive, bem como construir relações que promovam o aperfeiçoamento humano.

A formação do ser humano compreende tanto o processo de construção do conhecimento, como o de formação de sujeitos que sejam capazes de intervir e de transformar a sociedade.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

A educação formal pode assumir um papel de adaptação ou de emancipação do aluno.

Uma proposta curricular emancipatória constrói processos escolares que sinalizam para a cidadania, contempla em sua práxis a superação de cenários verticais entre pessoas e classes sociais, à expressão de um projeto democrático de sociedade.

Para tanto, é essencial, primeiramente, compreender o que é cidadania. Há múltiplos conceitos de cidadania, pois a mesma sempre esteve vinculada aos processos históricos, que são dinâmicos, o que leva a compreensões diferenciadas sobre o tema de acordo com a época. Segundo Martins e Mogarro (2010), “o conceito de cidadania é, geralmente, entendido como o conjunto de direitos e deveres do indivíduo que pertence a uma determinada comunidade, que passa a designar-se como cidadão”. Porém, a literatura que trata do conceito de cidadania enfatiza a participação cívica, cultural e política como dimensões inerentes à cidadania, remetendo à necessidade de promover uma cultura de responsabilidade individual e social.

Esta dimensão incita à reflexão sobre a importância de uma educação para a cidadania ativa, que se constitui no direito e no dever de participar na vida social e política da comunidade, para além da cidadania passiva – que corresponde ao direito ao voto, à educação, entre outros, e aos deveres dos cidadãos.

Para a construção da cidadania na escola, as atividades desenvolvidas no ambiente escolar devem estar voltadas a uma formação crítica, e os conteúdos, estarem relacionados ao cotidiano dos alunos:

[...] considera-se que a construção da cidadania no ambiente da escola pública precisa relativizar saberes e práticas cristalizadas no senso comum, propondo outras formas de compreensão da realidade, sobretudo de natureza científica, sem desvalorizar a cultura popular, que é produto e produtora de identidades coletivas. Todavia, é fundamental superar a concepção instrucionista de educação, calcada na reprodução de conteúdos, que ao fim e a cabo contribui para a reprodução da própria estrutura desigual da sociedade (TIAGO E LUÍS, 2016, p. 24).

Na perspectiva de Paulo Freire (1989), “educar é promover a capacidade de ler a realidade e de agir sobre ela, promovendo a transformação social”. O autor defende a educação emancipadora e libertadora, que não pode ocorrer alheia ao contexto do aluno. O processo de construção do conhecimento deve ser dialógico, construído a partir do saber dos alunos, desenvolver a capacidade de “Leitura do Mundo” e a compreensão de seu papel enquanto cidadão.

No processo de construção do conhecimento, ele parte sempre de temas relacionados ao contexto dos educandos e da compreensão inicial que estes têm do problema, para, por meio de um processo dialógico, da relação entre educandos e educadores, ir ampliando a compreensão dos alunos, construindo e reconstruindo novos conhecimentos (ANTUNES & PADILHA, 2010, p.50).

O papel da escola na formação do ser humano, em seus múltiplos aspectos, visa promover tanto a construção do conhecimento, por intermédio dos conteúdos científicos, como o desenvolvimento pleno de suas capacidades, potencializando a sua autonomia intelectual e moral.

Por formação humana integral entende-se uma formação voltada para a reflexão crítica, pautada na possibilidade de levar em consideração a capacidade de o indivíduo tornar-se autônomo intelectual e eticamente, ou seja, de ser capaz de interpretar as condições do contexto histórico-cultural da sociedade em que vive e nele agir com autonomia.

Formação humana integral também se refere à compreensão dos indivíduos em sua inteireza, isto é, a tomar os educandos em suas múltiplas dimensões intelectual, afetiva, social, corpórea, com vistas a propiciar um itinerário formativo que potencialize o desenvolvimento humano em sua plenitude, que se realiza pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e moral (BRASIL, 2013, p. 32).

A tarefa de potencializar a autonomia intelectual e moral exige que os indivíduos sejam estimulados à investigação, à pesquisa, que se cultive o prazer em aprender e que o exercício do raciocínio lógico e da autonomia de pensamento seja constante. “Propiciar o desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional do educando, tendo em vista a construção de sua autonomia intelectual e moral” (BRASIL, 2013, p. 34), está entre os principais objetivos da Educação Básica.

Para que a escola seja exitosa no desempenho de sua função social e em sua tarefa de formação do ser humano em sua totalidade, é necessário que o currículo escolar esteja vinculado à realidade dos alunos, que seja significativo e estabeleça a relação entre teoria e prática. A construção dos currículos remete à seleção de conhecimentos e práticas a partir de contextos concretos, levando em conta as dinâmicas sociais, políticas, culturais, intelectuais e pedagógicas. Os currículos são “conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. Os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade e, sempre, por uma seleção de conhecimentos a partir da finalidade e dos objetivos educacionais desejados” (BRASIL, 2013, p. 37).

O currículo na contemporaneidade deve ser visto como algo vivo dentro da instituição, capaz de propor mudanças significativas em todo o seu âmbito. Percebe-se que a trajetória de sua concepção/aplicação está diretamente ligada a uma reprodução de conhecimento e saberes, onde o processo de alienação encontra-se presente, dessa forma, impossibilitando ações reais de transformação na sociedade. Hoje esses saberes devem ser socialmente construídos, ou seja, o currículo passa então a significar o conjunto de experiências a serem vividas pelo aluno (SANTOS; MOREIRA, 1995, p. 48).

Outro elemento, e talvez um dos mais importantes, é a metodologia de ensino utilizada

nas escolas. Os discursos sobre educação ressaltam a necessidade de inovação das práticas pedagógicas e, também, das relações que se estabelecem no contexto escolar pautadas na democracia. Porém, é preciso que eles se consolidem na prática, superando o modelo tradicional de ensino, das aulas meramente expositivas, em que o aluno “recebe” o conteúdo passado pelo professor. O espaço escolar deve se constituir em um espaço democrático, em que o educando seja partícipe dos processos decisórios. Para tanto, a escolha da metodologia adequada para este fim é fundamental.

A adoção de metodologias ativas, que desenvolvem a autonomia, a participação dos alunos, tanto no processo de construção da aprendizagem em sala de aula como nas atividades realizadas em âmbito escolar, faz com que a escola seja, realmente, transformadora e, através de sua práxis, forme cidadãos críticos, participativos e capazes de exercer a sua competência cidadã.

Assim, é essencial uma educação que ofereça condições de aprendizagem em contextos de incertezas, desenvolvimento de múltiplos letramentos, questionamento da informação, autonomia para resolução de problemas complexos, convivência com a diversidade, trabalho em grupo, participação ativa nas redes e compartilhamento de tarefas. Por isomorfismo, a formação do professor também deve se pautar pela atividade criadora, reflexiva, crítica, compartilhada e de convivência com as diferenças, usando as mídias e as tecnologias como linguagem e instrumento da cultura, estruturantes do pensamento, do currículo, das metodologias e das relações pedagógicas (BACICH; MORAN, 2018, p. 17).

No entanto, a adoção das metodologias ativas exige uma mudança de paradigma com referência à forma que ocorre a aprendizagem e à relação entre aluno e professor. Além de o estudante participar ativamente do seu processo de aprendizado, é estimulado a pesquisar e a resolver problemas práticos, o que contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico. Essas metodologias, além da autonomia, promovem também o senso de responsabilidade, a proatividade, a capacidade de trabalhar em equipe. Contribuem com o desenvolvimento do aluno, tanto na dimensão cognitiva quanto na dimensão socioemocional.

Ao priorizar a formação do ser humano em suas múltiplas dimensões, a escola estará desempenhando o seu papel de formação básica e geral dos cidadãos, estará contribuindo para a formação da cultura política dos seus egressos. A escola, portanto, em uma visão inovadora, é considerada um espaço sociocultural, onde se promove a emancipação, a consciência crítica, e se forma a cultura política dos “futuros cidadãos”.

Os discursos veiculados pela mídia e pelas políticas governamentais apresentam um forte apelo à escolarização como saída para os graves problemas enfrentados no país. Embora não seja correto imaginar que a escolarização possa resolver todos os problemas, é preciso

concordar que seu papel vai muito além de apenas “instruir” as novas gerações. Portanto, cabe às instituições de ensino formal, por meio de um currículo inovador, crítico e flexível, desempenhar seu papel social, contribuir para o desenvolvimento de valores integrantes de uma cultura política autônoma e de participação, para a formação de cidadãos que exerçam a sua competência cidadã, interferindo, desta forma, no processo de desenvolvimento local. Através da formação voltada à cidadania, a escola contribui, intencionalmente ou não, para a formação da cultura política dos (futuros) cidadãos. E, se a cultura é um dos fatores centrais do desenvolvimento, então a escola tem papel central como instituição, construindo e disseminando padrões de crenças e atitudes cujos efeitos possuem relação direta com o desenvolvimento.

Sendo assim, uma proposta curricular voltada à formação do ser humano em suas múltiplas dimensões – que contempla a sua autonomia, seu desenvolvimento pleno (intelectual, físico e moral) – é essencial na disseminação e na promoção de uma cultura política mais participativa, bem como na formação de cidadãos interpretantes. E este é o objeto de análise deste trabalho: investigar o tipo de formação que é oferecida pelas instituições de ensino locais e qual a sua interferência sobre a cultura e o comportamento político dos cerro-larguenses.

Almond e Verba (1963) defendem que o funcionamento das instituições democráticas depende da cultura política dos cidadãos, preconizando a “cultura de participação” como a ideal para a consolidação da democracia. Sua teoria tem ampla relação com a abordagem de Porto (2003), que afirma ser necessário haver cidadãos que tenham condições de desempenhar o seu papel, que estejam preparados para a participação democrática, que são os “cidadãos interpretantes”. As teorias destes autores, as quais servem de referência neste trabalho, se complementam, e estão correlacionadas com a escola e seu papel de formação do cidadão.

A escola tem a tarefa de desenvolver e potencializar a capacidade intelectual do indivíduo e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões, ou seja, além do conhecimento, tem o poder de formar valores e comportamentos. Portanto, cabe à escola promover a “cultura participativa”, formar o “cidadão interpretante”, exercendo a sua função de agente transformadora da sociedade. É através da escola que se pode promover a cultura política ideal e formar o cidadão ideal para a construção e consolidação da democracia. E é nessa perspectiva que se embasou a pesquisa que resulta neste trabalho, que tem como foco a cultura política, o tipo de cidadão e o trabalho desenvolvido pela escola na sociedade local.

3 O MUNICÍPIO DE CERRO LARGO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar uma breve contextualização histórico-geográfica e administrativa de Cerro Largo, bem como alguns dados relacionados à educação e à cultura do município, com base em registros históricos publicados nas páginas oficiais da Administração Pública e nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

O município de Cerro Largo está localizado na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, a uma latitude 28° 9' 2" sul e a uma longitude 54°44'17" oeste, estando a uma altitude de 197 metros. Sua área é de 177,7 km².

A população total do município é de 14.133 habitantes, o que determina uma densidade demográfica de 79,5 habitantes por km² (IBGE 2020). Entre os 5.570 municípios brasileiros, Cerro Largo ocupa a 2.423^a colocação, em termos de densidade demográfica e, entre os 497 municípios gaúchos, a 131^a.

No que se refere à densidade demográfica, observa-se o crescimento populacional do município e também, a expansão urbana. É possível verificar que há uma mudança do perfil da população, de rural para urbana, o que incorre em mudança do perfil político e socioeconômico.

A renda média da população é de 2,5 salários mínimos *per capita*, o que somado a outros indicadores, confere ao município um IDH de 0.764, classificado como alto, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU.

A economia do município de Cerro Largo encontra-se alicerçada no setor de serviços, com um diversificado e dinâmico comércio, bem como prestadores de serviços das mais variadas áreas, o que coloca o município na posição de referência dentro de sua microrregião, segundo o IBGE.

A indústria também ocupa papel de destaque no cenário econômico cerro-larguense, com especial ênfase ao ramo voltado ao setor agropecuário e de implementos agrícolas, uma vez que o setor primário responde por importante parcela da economia do município. As lavouras de soja, milho e trigo dominam a paisagem rural e, juntamente com a suinocultura e com a criação de gado leiteiro, empregam uma parcela considerável da população economicamente ativa do município, gerando renda e desenvolvimento econômico, o que confere a Cerro Largo o papel de polo econômico microrregional.

O Quadro 1 apresenta alguns dados do município de Cerro Largo extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 1 – Dados do Município de Cerro Largo/RS

PIB per capita (2019)	R\$ 54.767,65
Percentual de receitas oriundas de fontes externas (2015)	R\$ 72,5%
IDHM (2015)	0.764
Total de receitas realizadas (2017)	R\$ 47.201,37 (x1000)
Total de despesas empenhadas (2017)	R\$ 42.105,72 (x1000)

Fonte: IBGE (2015, 2017, 2019)

No quadro acima, o percentual de receitas oriundas de fontes externas revela que as transferências de outras esferas são mais expressivas do que a geração própria de riqueza, demonstrando um desequilíbrio entre as fontes internas e as externas.

3.2 FORMAÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVA

Cerro Largo surgiu com o nome Serro Azul, no início do século XX, a partir da atuação da Companhia de Colonização *Bauerverein*, que objetivava a abertura de novas fronteiras agrícolas para o assentamento de colonos alemães e de seus descendentes no noroeste do Rio Grande do Sul.

A colonização iniciou-se, oficialmente, em 4 de outubro de 1902. As terras férteis dos vales dos Rios Ijuí e Comandá constituíram o cenário ideal para o estabelecimento da Colônia Serro Azul que, no ano de 1915, tornou-se então a sede do 4º distrito de São Luiz Gonzaga, através do Ato Municipal nº 65/1915.

No ano de 1944, Serro Azul passou a se denominar Cerro Largo, por exigência do IBGE, através do Decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944. Posteriormente, foi elevado à categoria de município, em 28 de fevereiro de 1955, constituindo-se de 3 distritos: Cerro Largo, Porto Xavier e Roque Gonzales, todos desmembrados de São Luiz Gonzaga.

Ao longo dos anos, Cerro Largo perdeu uma área significativa de seu território em virtude da emancipação de distritos como Porto Xavier, Roque Gonzales, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões. Desde o ano de 2001, Cerro Largo é constituído por 3 distritos: Cerro Largo (sede), Santo Antônio e São Francisco. Em 2021, o

município comemorou 119 anos de fundação.

Abaixo, no Quadro 2, consta a relação dos Ex-prefeitos do município, que teve o Sr. Jacob Reinaldo Haupenthal como primeiro gestor municipal, no ano de 1955.

Quadro 2 – Relação de Ex-prefeitos de Cerro Largo/RS

EX-PREFEITOS	
Período	Prefeito
28.02.1955 a 31.12.1959	Jacob R. Haupenthal
31.12.1959 a 01.01.1964	Arlindo R. Schwengber
01.01.1964 a 31.01.1969	José Otto Theobald
31.01.1969 a 31.01.1973	Rodolfo Henrique Frantz
31.01.1973 a 31.01.1977	Magno Carlos Cardoso
31.01.1977 a 31.01.1983	Roque Reinaldo Nedel
01.02.1983 a 31.12.1989	Elemar Kuhn
01.01.1989 a 31.12.1992	René José Nedel
01.01.1993 a 31.12.1996	Adair José Trott
01.01.1997 a 31.12.2000	René José Nedel
01.01.2001 a 31.12.2004	René José Nedel
01.01.2005 a 31.12.2008	Adair José Trott
01.01.2009 a 31.12.2012	Adair José Trott
01.01.2013 a 31.12.2016	René José Nedel
01.01.2017 a 31.12.2020	Valter Hatwig Spies
01.01.2021	Paulo César Kipper de Almeida

Fonte: Site da Prefeitura Municipal (2021)

Observa-se, no quadro acima, que de 1989 a 2016, o município teve apenas dois prefeitos, os quais se alternavam no cargo. O que representa, também, a preponderância de dois partidos políticos (PP e MDB) no município, ao longo desses anos, o que perdura até os dias atuais.

Atualmente, Cerro Largo tem como prefeito o Sr. Paulo César Kipper de Almeida (MDB) e, como presidente do Poder Legislativo, o vereador Pedro Valdir München (MDB).

3.3 EDUCAÇÃO E CULTURA

Cerro Largo ficou conhecido como “Berço Regional da Cultura”, título atribuído, em parte, ao trabalho realizado pelos educandários que, desde o princípio do processo de colonização, aqui se estabeleceram: o Colégio La Salle Medianeira, administrado pelos Irmãos Lassalistas, e o Instituto Anunciação, coordenado pelas Irmãs Filhas do Amor Divino. Ambas, ordens religiosas vinculadas à Igreja Católica, responsáveis pela formação de várias gerações.

Os imigrantes alemães imprimiram, neste espaço, as suas características típicas. A cultura germânica carrega religiosidade, língua e dialeto, costumes, crenças, valores, culinária e festas, passados de geração a geração, desenvolvendo características específicas à comunidade cerro-larguense. São, também, estes marcadores culturais germânicos que traduzem o codinome de ‘Berço Regional da Cultura’, ao município, e abrem possibilidades ao seu desenvolvimento.

Ao longo dos anos, a rede educacional de Cerro Largo foi se adaptando aos novos tempos e às novas necessidades. As escolas de Educação Básica, já existentes no município, tanto da rede pública quanto da rede privada, somaram-se à instalação de importantes instituições de nível superior, como a URI (Universidade Regional Integrada), o polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) e, por último, a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), abrindo as portas do Ensino Superior e da qualificação profissional para todos os municípios da região.

A seguir, é possível visualizar a relação de escolas de Educação Básica existentes atualmente no município e a modalidade de ensino ofertada pelas mesmas. São dezesseis escolas, no total, sendo oito municipais, três estaduais e cinco privadas.

O Quadro 3 compreende um demonstrativo da oferta de ensino nas 8 escolas da Rede Municipal investigadas.

Quadro 3 – Rede Municipal de Ensino

Escolas Municipais	Educação Infantil (0 a 3 anos)	Educação Infantil Nível A (4anos)	Educação Infantil Nível B (5 anos)	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais
EMEI Bem-Me-Quer	X				

EMEI Ir. Ambrósio	X				
EMEI Leoni Simon	X				
EMEF São Francisco		X	X	X	
EMEF Dom Pedro II		X	X	X	
EMEF J. R. H Haupenthal		X	X	X	
EMEF P. J. Schardong		X	X	X	X
EMEF Dr. Otto Flach - CIEP		X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Já o Quadro 4 apresenta a oferta de ensino nas três escolas estaduais investigadas.

Quadro 4 – Rede Estadual de Ensino

Escolas Estaduais	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
EEEF Sargento Sílvio Delmar Hollembach	X	X	
EEEB Eugênio Frantz	X	X	X
EEEF Pe. Traezel	X	X	

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O Quadro 5 compreende a realidade de ensino oferecido na Rede Privada do município.

Quadro 5 – Rede Privada de Ensino

Escolas Privadas	Educação Infantil (0 a 3)	Educação Infantil Nível A (4 anos)	Educação Infantil Nível B (5 anos)	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio	EJA
E EI Pinguinho	X						

de Gente							
EEI 1ª Infância	X						
EEI Mundo dos Sonhos	X						
Colégio La Salle Medianeira	X	X	X	X	X	X	
APAE			X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Um aspecto a ser destacado é que, diferentemente do que ocorre em muitos municípios, Cerro Largo dispõe de vagas suficientes nas escolas para atender à demanda existente, em todos os níveis e redes de ensino. Assim, a educação ganha relevos e importância salutar no que se refere à atenção com a formação plena do indivíduo, bem como com a construção da cidadania.

O acesso à educação escolar é, fundamentalmente, necessário para que o ser humano viva com dignidade e igualdade, porque, como já se tratou anteriormente, ele abarca valores, concepções, propósitos, interesses e ideologias que advêm de diferentes esferas da sociedade. E Cerro Largo tem uma história de educação de início datado de 1907, quando padres palotinos assumiram a direção religiosa e educacional da nova colônia. Em 1920, chegaram as Irmãs Filhas do Amor Divino, para ajudar na catequese, educação feminina e saúde. E, no ano de 1935, vieram os Irmãos Lassalistas, para fundar, em 1942, a primeira Escola Normal Rural. Daí em diante, a educação ganhou forte impulso, abrigando diferentes aspectos - não só no ensino particular, mas de rede municipal, estadual e federal -, inclusive o de ver os cidadãos inseridos nos processos mais amplos da cultura, educação e desenvolvimento de Cerro Largo. Assim, as diretrizes relacionadas à educação são gerenciadas para o desenvolvimento, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal.

A seguir, no Quadro 6, pode-se ver a taxa de escolarização do município, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, e a posição que ocupa em relação a outros municípios no Estado e no país.

Quadro 6 – Dados de Escolarização do Município de Cerro Largo/RS

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE	Comparado a outros municípios do RS: (497)	Comparado a outros municípios do PAÍS: (5.570)
98,2%	246 ^a posição	1.768 ^a posição
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 14 A 17 ANOS DE IDADE	Comparado a outros municípios do RS: (497)	Comparado a outros municípios do PAÍS: (5.570)
91,5%	136 ^a posição	378 ^a posição

Fonte: IBGE (2019)

A taxa de escolarização é bastante positiva, resultante de ações conjuntas realizadas por diversas instituições (Secretaria Municipal de Educação e Cultura, escolas, Conselho Tutelar, Assistência Social, Promotoria Pública, entre outros) no sentido de promover o acesso e a permanência de todos os alunos na escola. Igualmente, no sentido de motivar, despertar o interesse do aluno em aprender, ajudando o mesmo a conquistar a sua liberdade interior, social e política, bem como a participar do processo de transformação da realidade e de redução das desigualdades, entre outros contextos sociais.

No Quadro 7, é possível identificar o IDEB dos Anos Iniciais e dos Anos Finais das escolas públicas do município.

Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Cerro Largo/RS (IDEB)

IDEB - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE PÚBLICA	Posição em relação a outros municípios do Estado	Posição em relação a outros municípios do país
6,2	175 ^a	1675 ^a
IDEB - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE PÚBLICA	Posição em relação a outros municípios do Estado	Posição em relação a outros municípios do país
6,1	246 ^a	1768 ^a

Fonte: IBGE (2018)

A partir dos dados acima, observa-se que os indicadores do município se encontram em posição bastante favorável, no Estado e no país, quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

4 A CULTURA POLÍTICA NAS ESCOLAS DE CERRO LARGO

Esta seção apresenta, primeiramente, a abordagem utilizada ao realizar a pesquisa e a sua classificação no que se refere aos objetivos e procedimentos metodológicos. Em sequência, são apresentados os dados coletados, bem como a análise dos mesmos e os resultados obtidos.

Os dados coletados, que compreendem o objeto de análise neste capítulo, são resultantes da pesquisa de campo realizada junto às escolas do município, a qual envolveu a verificação dos documentos institucionais e as entrevistas realizadas com as equipes gestoras das referidas escolas.

4.1 PREÂMBULO METODOLÓGICO

A metodologia determina a forma como é realizado o estudo, visando alcançar os objetivos propostos. Com o intuito de alcançar tais objetivos, que impulsionaram olhar a realidade a partir da experiência perceptiva, significativa e interpretativa dos seres humanos em relação ao fenômeno em estudo, a pesquisa foi norteada por uma abordagem fenomenológico-hermenêutica. Esta abordagem contemplou o estudo da realidade da forma como é constatada e percebida pelos agentes sociais, e essa percepção foi tomada como base para uma interpretação dinâmica e abrangente dessa realidade.

Quanto à metodologia, o estudo foi desenvolvido através da pesquisa qualitativa, em que se procurou uma compreensão aprofundada do objeto de estudo, interpretando-o a partir de documentos institucionais, dos discursos dos entrevistados e do significado dos comportamentos observados no lócus da pesquisa.

A metodologia qualitativa “pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano. (...) fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 269). No caso deste estudo, permitiu o aprofundamento investigativo e analítico em aspectos específicos do imaginário e do comportamento humanos, viabilizando análises aprofundadas e, assim, compreensões detalhadas desse comportamento e dos componentes que o definem.

Para Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões particulares; preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos,

aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem qualitativa viabiliza uma imersão no universo simbólico do grupo investigado, possibilitando uma compreensão dos seus componentes mais subjetivos, menos tangíveis e, portanto, não passíveis de mapeamento por meio de dados quantitativos. Especialmente, quando tratamos de cultura e de suas interfaces com padrões de opiniões, atitudes e comportamentos, as abordagens qualitativas se mostram, portanto, fundamentais para atingir o nível de profundidade que se busca.

Nesse caso, a preocupação está voltada ao nível de profundidade ao qual se consegue chegar por meio do detalhamento e da natureza das informações coletadas. O que se busca é a identificação daqueles elementos mais profundos e, por isso, mais universais do imaginário e do comportamento do grupo investigado. São esses elementos, em substituição à abrangência estatística, que asseguram a representatividade da amostra pesquisada.

A coleta de dados que subsidiou o estudo, a partir do qual foi elaborada esta dissertação, foi realizada por meio de pesquisa de campo, focada no papel desenvolvido pelas instituições de ensino da Educação Básica de Cerro Largo/RS no que se refere à formação do cidadão, considerando suas múltiplas dimensões. De acordo com os objetivos propostos, buscou-se compreender as concepções de política, de democracia e de cidadania que orientam as instituições escolares e seus gestores, como condição para compreender o papel da escola na formação para a cidadania.

Em relação aos instrumentos de pesquisa que foram utilizados, destaca-se que, inicialmente, foi necessário fazer a revisão da literatura com o objetivo de delimitar os conceitos e as abordagens teóricas pertinentes ao tema. A revisão bibliográfica, apesar de ter sido realizada durante todo o processo de elaboração do projeto de pesquisa, é imprescindível ser ampliada em todas as etapas, principalmente na fase de construção da versão final deste trabalho.

A partir da revisão bibliográfica, passou-se à segunda etapa que consistiu na análise dos documentos das escolas, com ênfase aos Planos Políticos Pedagógicos, a partir dos quais são elaborados todos os demais documentos escolares. Portanto, foram verificados, também, o Regimento Escolar, o Plano Integrado, o Plano de Estudos e outros Projetos Pedagógicos; porém, foram tomados como referência os PPPs, visto que os mesmos contemplam a proposta pedagógica curricular das instituições de ensino, como também, embasam a construção dos demais. A pesquisa foi realizada nas nove escolas de Educação Básica de Cerro Largo.

No Quadro 8, encontra-se a relação de escolas pesquisadas, bem como a rede de ensino a que pertencem e os níveis de ensino ofertados. São cinco escolas municipais, três da rede estadual e uma escola privada.

Quadro 8 – Escolas Pesquisadas

Rede de Ensino	Escola	Nível de ensino ofertado
Municipal	EMEF São Francisco	Educação Infantil ao 4º Ano do Ensino Fundamental
	EMEF Dom Pedro II	Educação Infantil ao 4º Ano do Ensino Fundamental
	EMEF Jacob R. Haupenthal	Educação Infantil ao 4º Ano do Ensino Fundamental
	EMEF Dr. Otto Flach	Educação Infantil e Ensino Fundamental
	EMEF Pe. José Inácio Schardong	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Estadual	EEEF Pe. Traezel	Ensino Fundamental
	EEEF Sargento Sílvio Delmar Hollenbach	Ensino Fundamental
	EEEB Eugênio Frantz	9º Ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Privada	Colégio La Salle Medianeira	Educação Infantil ao Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Observa-se que a Educação Infantil é ofertada somente nas escolas da rede municipal e da rede privada. O artigo 211, § 2º da Constituição Federal, regulamenta que “os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil”. Em vista disso, há alguns anos, as escolas estaduais não oferecem mais a Educação Infantil, permanecendo, ainda, com o Ensino Fundamental e com o Ensino Médio.

Quanto ao Ensino Fundamental, nota-se que na rede municipal há três escolas de Ensino Fundamental incompleto, enquanto na rede estadual se tem outras duas com Ensino Fundamental completo e uma terceira que contempla apenas o 9º ano. Apenas duas oferecem

os Anos Finais do Ensino Fundamental, assim como as demais das outras redes, com exceção da Escola de Educação Básica que tem apenas o 9º Ano em funcionamento. Em relação ao Ensino Médio, verificou-se que apenas duas escolas (uma estadual e uma privada) o contemplam.

Essa etapa da pesquisa foi fundamental, visto que permitiu identificar e analisar as concepções das instituições sobre o tema investigado: a cultura política e a formação para a cidadania, pois é nesses documentos institucionais que essas concepções estão materializadas. O estudo e a verificação dos mesmos forneceram os elementos necessários para a análise das concepções de cidadania, de cidadão e de democracia que permeiam os espaços escolares e/ou predominam nestas instituições. Essa análise textual permitiu averiguar se os documentos das escolas contemplam a formação cidadã e o desenvolvimento de uma cultura de participação. Possibilitaram verificar se está presente a concepção do “tipo ideal” de cidadão que, segundo Porto, é o “cidadão interpretante”, preparado para exercer a sua competência cidadã.

As entrevistas em profundidade representaram a terceira etapa da pesquisa. Segundo Duarte e Barros (2005), a entrevista consiste em “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE; BARROS, 2005, p. 62).

A técnica da entrevista permite que se obtenha informações partindo-se de um contato direto, estruturada com base em perguntas e respostas, em momento de interação. Para Kischinhevsky (2016), não é tarefa fácil, necessita ser bem elaborada, abrindo para a possibilidade de verificação, relevância e credibilidade. “É preciso selecionar entrevistados a partir de critérios devidamente explicitados, como estratos sociais, funções e categorias” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 290). No caso deste estudo, gestores das escolas foram selecionados como colaboradores à pesquisa. As seleções podem ser consideradas “escolhas válidas, conforme as características do objeto e o horizonte de prazo, oferecendo resultados diversificados” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 291).

A partir do referencial teórico, e depois da análise dos documentos institucionais, foram feitas as entrevistas com os gestores das escolas, a fim de verificar a compreensão que eles possuem dos elementos investigados. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado, com o objetivo de obter uma visão mais aprofundada do objeto de estudo e do grupo entrevistado. Tomando como referencial o “cidadão interpretante” de Porto (2003), como elemento central. Pelas entrevistas, buscou-se compreender se as concepções de cidadania, de educação, de cidadão e de democracia desses

gestores concernem com o modelo de cidadão de Porto.

O Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), por se tratar de um estudo investigativo realizado com pessoas, no caso gestores de escolas. As entrevistas foram realizadas, especificamente, com diretores e coordenadores pedagógicos das escolas de Educação Básica municipais, estaduais e privada do município de Cerro Largo/RS, tomando-os como representantes dessas instituições e de seu perfil. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Manteve-se contato com todos os profissionais que fazem parte da gestão das nove escolas (Direção e Coordenação pedagógica), e foram feitas vinte e oito entrevistas; uma profissional se negou a participar e outra se encontrava em Licença Saúde. Portanto, dos trinta gestores existentes, a entrevista não foi realizada com dois.

No Quadro 9 está relacionado o número de profissionais que integram as equipes de gestão das escolas, além dos nove Diretores.

Quadro 9 – Composição das Equipes Gestoras das Escolas

Rede de Ensino	Escola	Vice-diretor(a)	Coordenação Pedagógica (Supervisão e Orientação Escolar)
Municipal	EMEF São Francisco	-	-
	EMEF Dom Pedro II	-	-
	EMEF Jacob Reinaldo Hauptenthal	1	-
	EMEF Dr. Otto Flach	1	2
	EMEF Pe. José Inácio Schardong	1	2
Estadual	EEEF Pe. Traezel	1	3
	EEEF Sargento Sílvio D. Hollenbach	1	3
	EEEB Eugênio Frantz	2	2
Privada	Colégio La Salle Medianeira	1	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A partir das informações constantes no quadro acima, foi possível observar que há diversidade na composição das equipes gestoras das escolas. O número de pessoas varia em função de critérios diversos como: rede de ensino, modalidades de ensino ofertadas, número de alunos, turnos de funcionamento, entre outros.

Na rede municipal de ensino, das três escolas de Ensino Fundamental incompleto, duas têm somente uma Diretora, em função do número reduzido de alunos. A terceira delas, que tem um número significativo de alunos, tem também uma vice-diretora. As escolas municipais de Ensino Fundamental completo possuem equipe pedagógica, o que é algo bastante recente, pois a coordenação pedagógica ficava a cargo da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Com o crescente aumento do número de alunos, as coordenações pedagógicas foram introduzidas nas escolas maiores da rede.

Observou-se que a rede estadual se demonstrou, historicamente, mais organizada nesse quesito. As escolas sempre puderam contar com equipes pedagógicas bastante completas, porém, estas vêm reduzindo à medida que o número de alunos também vem diminuindo.

Na rede privada, observa-se um quadro bem enxuto, em que a equipe gestora é composta apenas pela Diretora, vice-diretora e uma coordenadora pedagógica, para um número de alunos bastante expressivo.

Em relação à análise das entrevistas, foram utilizados os elementos interpretativos e as categorias teóricas apresentadas no referencial que orientou a pesquisa.

O roteiro de perguntas (Apêndice B) não foi um elemento rígido, fechado. Consistiu em um instrumento norteador, que orientou a entrevista, sendo que os questionamentos foram feitos com o objetivo de incitar o diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, ou seja, as indagações foram feitas com o propósito de fazer com que o entrevistado falasse sobre o assunto proposto, que discorresse a partir das induções feitas, expressando sua opinião sobre o tema em questão. O roteiro indicou o caminho que conduziu o entrevistado a desenvolver um discurso livre, espontâneo, sobre o tema em análise. E, no interior desse discurso que, depois transcrito, buscaram-se os elementos que permitiram realizar a análise nos termos do objeto de pesquisa e do referencial teórico que orientou a investigação.

Portanto, a partir da análise de documentos e também das respostas dos entrevistados, os dados foram interpretados, buscando seu significado a partir dos referenciais utilizados e do contexto onde eles foram produzidos. As conclusões obtidas resultaram na produção desta dissertação de Mestrado. Esta apresenta uma análise detalhada do processo de formação para a cidadania, realizado pelas escolas do município de Cerro Largo (RS) e sua interferência (ou não) na composição da cultura política; da relação entre essa cultura política e os padrões de

comportamento político dos cidadãos; das correlações entre tais padrões de comportamento e o desenvolvimento local.

4.2 OS DOCUMENTOS ESCOLARES

Ao proceder à análise dos documentos das escolas, dentre eles o Projeto Político Pedagógico, o Plano Integrado, o Regimento escolar, o Plano de estudos e os projetos pedagógicos desenvolvidos pelas instituições, foi dada ênfase especial à análise do primeiro citado.

O Projeto Político Pedagógico contempla a proposta pedagógica curricular da escola, ou seja, é o documento norteador, que reflete a proposta educacional e os objetivos das instituições de ensino. Veiga (2003, p. 110) postula que o PPP é transformador.

[...] instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela.

Segundo a autora, o compromisso político deste instrumento de trabalho, construído coletivamente, é com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. E a sua dimensão pedagógica compreende em possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição, ou seja, em formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Este significado dado ao PPP considera as características de exequível e transformador, pois neste mundo da educação, tão complexo, por dizer respeito aos sujeitos e ao seu contexto sociocultural, bem como aos conflitos de liberdade, às decisões e às condições de vida, é preciso que seja de gestão democrática. E a autonomia, exercício de democratização do espaço público, delega ao gestor o compromisso de dar respostas aos sujeitos, ao mesmo tempo em que os chama ao compromisso nas suas ações. Assim, o PPP estabelece relações de interação facilitadoras do avanço, em espaços sociais de aprendizagem. E é tomado como base para elaboração de todos os demais documentos institucionais; desta forma, seu conteúdo está contemplado nos mesmos.

Procurou-se analisar nos referidos documentos as concepções sobre cultura política, cidadania, cidadão e democracia que permeiam os espaços escolares e predominam nestas instituições. Inicialmente, é importante destacar que todos os documentos das escolas tomam

como referência as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular¹, as quais visam assegurar aos alunos uma formação humana integral, através do desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, valores e atitudes adequadas para o exercício da cidadania.

As competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compreendem: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. As dez competências são importantes para a formação do educando em todas as suas dimensões; porém, cabe destacar a décima, que trata da responsabilidade e da cidadania: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BNCC, p. 10, 2017).

Portanto, em uma primeira análise, já foi possível detectar que os temas que compreendiam objeto de pesquisa estavam contemplados, visto que estão presentes nas competências da BNCC, documento que norteia a construção da proposta curricular das escolas. Cabe ressaltar, ainda, que os PPPs, assim como os demais documentos norteadores das práticas pedagógicas, devem ser elaborados pelas comunidades escolares. Portanto, são diferenciados e apresentam particularidades, mesmo estando atrelados à mesma legislação. Na sequência, o que se fez foi apresentar os pontos que mais se destacaram, em cada escola, contemplando as concepções de formação do ser humano, de cultura política e de cidadania, comprovando o acima exposto.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco apresenta na justificativa de seu Projeto Político Pedagógico a necessidade de “formar no educando o senso de responsabilidade, de respeito, de cidadania, de solidariedade, de autoestima e com consciência dos seus direitos e deveres.”. Sua filosofia consiste em “Educar para a vida, desenvolvendo o ser integral...” e seu objetivo é:

Estimular a formação integral do educando, procurando desenvolver as competências básicas de falar, escrever e interpretar, raciocinar com logicidade, respeitando os princípios de liberdade, solidariedade e as diferenças individuais no processo de construção do conhecimento (PPP da Escola).

Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro II, é imprescindível destacar

¹ Apesar de ser o documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, há severas críticas à BNCC. No que se refere à formação humana integral, a nova Base Nacional Comum Curricular não é unanimidade entre os estudiosos da área.

a concepção de educação e de práticas escolares presente no PPP. A concepção de escola e de perfil de formação dos alunos apresenta uma visão de Escola “com caráter transformador e emancipador, em que a Educação e o Ensino ofertados pela Instituição deverão contribuir para o processo pleno de ensino-aprendizagem dos educandos” (PPP da Escola). Apresenta como objetivo a formação de “um cidadão crítico e participativo, plenamente habilitado para exercer uma função social ativa e consciente, a ponto de refletir e transformar o meio social em que ele está inserido” (PPP da Escola). O texto destaca, também, a importância da escola na formação do cidadão participante e na construção da democracia, o que pode ser constatado no texto reproduzido abaixo:

Segundo John Dewey “o cidadão participante é fundamento da vida democrática.” De forma similar, Anísio Teixeira defende que “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública.” Desse modo, a equipe pedagógica da Instituição local tem por objetivo deixar de lado a mera “repetição mecânica” de conhecimentos e propor a renovação do pensamento crítico dos educandos estimulando e instigando-os a fazerem suas próprias descobertas e constatações científicas (PPP da Escola).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jacob Reinaldo Haupenthal tem como princípio norteador a oferta de uma educação de qualidade, pautada no desenvolvimento de habilidades e competências com base nos quatro pilares da educação (Saber; saber fazer; saber ser; saber conviver), priorizando a formação integral do aluno. No objetivo geral, destaca a formação de “... alunos capazes de ler, interpretar e enfrentar situações cotidianas, com uma consciência crítica e reflexiva voltada à realidade, possibilitando o exercício da cidadania com responsabilidade e autonomia” (PPP da Escola). Destaca, além disso, que o trabalho da escola deve estar voltado à preparação do aluno para a vivência em sociedade, um agente transformador, com capacidade de ação e interação.

A escola deve se preocupar em preparar o aluno para viver e conviver de forma autônoma, consciente, crítica, responsável, integrado e comprometido com a realidade em que está inserido, capaz de encontrar soluções para os desafios que poderão surgir no dia a dia. Conscientizar o aluno sobre a responsabilidade de seus atos, tornando-o um indivíduo competente, participativo e integrado ao contexto global atual, capaz de agir e interagir no espaço em que vive, e no seu entorno, promovendo mudanças e melhorias na sociedade (PPP da Escola).

Ao analisar os documentos oficiais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Otto Flach, única escola de Ensino Fundamental da rede municipal que oferece ensino em tempo integral, verificou-se que os mesmos destacam, amplamente, que o trabalho realizado tem se pautado na Base Nacional Curricular Comum, no Referencial Curricular Gaúcho e nos Pilares da Educação, com vistas à formação de cidadãos capazes de exercer a sua cidadania.

Sua proposta está voltada à formação do aluno em suas múltiplas dimensões, promovendo um cidadão capaz de conviver com as diferenças e o pluralismo de ideias. A escola tem por finalidade a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade aos alunos, visando à “formação de valores, desenvolvendo o espírito crítico-reflexivo, de cooperação, de respeito, de ajuda mútua, de solidariedade e de valorização da pessoa, bem como uma formação cognitiva, ampliando suas competências e habilidades”.

Nos documentos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. José Schardong, a visão apresentada é a de que a escola é um local privilegiado de trabalho com o conhecimento em prol da formação do ser humano; a escola tem uma função social e precisa conhecer a realidade da sociedade da qual faz parte para conseguir estabelecer relações e, de fato, desempenhar o seu papel transformador. Sua concepção é de uma escola nova, que trabalha os conteúdos de forma interdisciplinar, através da metodologia de projetos, em que o professor tem um papel de mediador do conhecimento e do desenvolvimento de novos saberes, com vistas à “formação de seres autônomos e conscientes, com postura crítica e capazes de se aprimorarem das diversas formas de diálogo, em igualdade de condições, e de respeitar as diferentes visões de seus semelhantes”. O Projeto Político Pedagógico contempla a “educação para a cidadania, para a criatividade, para a vivência da democracia e da liberdade...” (PPP da Escola). A educação está centrada na cooperação, na ajuda mútua, na solidariedade, na valorização do ser, na participação, na autonomia do ser. Ao tratar da finalidade política e social, afirma que é seu papel “formar o indivíduo para a participação política que implica direitos e deveres da cidadania, a escola procura incentivar os alunos a crescerem como cidadãos, que participam na sociedade; que zelam pelo patrimônio público; que tenham competência e dignidade” (PPP da Escola).

Nos documentos institucionais da Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. Traezel, predomina uma concepção de educação que prima pela construção do conhecimento, bem como pelo desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Tem como missão “Promover o conhecimento científico, moral, ético e cultural, com integração entre família e escola, valorizando e aprimorando o ser humano, para atuar na sociedade em que está inserido” (PPP da Escola). Em sua filosofia, destaca a valorização do ser e do saber, de valores humanistas, a formação de cidadãos atuantes e responsáveis com vistas à transformação da sociedade. Tem como marco referencial “Educar para a transformação através do conteúdo acadêmico e do exercício da escuta e do diálogo” (PPP da Escola). Constitui-se uma escola cidadã, democrática, igualitária, justa, acolhedora e inclusiva, com papel fundamental na construção do conhecimento e da cidadania. O objetivo geral da

instituição compreende:

Estabelecer relações e ações interativas, cooperativas, colaborativas, interdisciplinares, multiculturais e interpessoais, na escola e seu entorno, a partir do resgate de valores e de uma educação humanizada, ambiental e cidadã, buscando a formação de cidadãos mais humanos, éticos, responsáveis e conscientes sobre o seu papel no lugar em que vive e na construção de um mundo melhor, através da escuta e do diálogo (PPP da Escola).

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Sargento Sívio Delmar Hollenbach ressalta, em seus registros oficiais, que o papel fundamental da escola consiste em desvelar a realidade e propor alternativas para sua modificação; tornar o cidadão capaz de contribuir com a construção e a transformação da sociedade. Tem como objetivo formar sujeitos críticos, capazes e integrados à sociedade, através de uma formação integral que contemple os aspectos físicos, psíquicos, sociais e cognitivos, tornando-os capazes de cumprir com seu papel de cidadãos. Apresenta “uma visão de educação fundamentada em valores humanistas, sendo a escola um espaço de socialização e construção coletiva do conhecimento, de respeito à diversidade, aos direitos e deveres, e de exercício da democracia participativa” (PPP da Escola). E propõe “uma educação formadora de sujeitos críticos e transformadores da realidade, buscando contribuir na construção de uma sociedade justa, democrática e humanista” (PPP da Escola).

A Escola Estadual de Educação Básica Eugênio Frantz tem como missão “ofertar um modelo de educação que contribua para a reflexão, ação e construção de uma realidade social que possa garantir dignidade e educação de qualidade a todas as classes sociais” (PPP da Escola), através de um currículo significativo e de uma proposta político pedagógica, alicerçada em uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica. A função social da escola consiste em desenvolver no educando a capacidade de reflexão e ação sobre a realidade, de promover uma sociedade justa e igualitária. A concepção pedagógica da escola está centrada nas práticas sociais, no processo de conhecimento da realidade, no diálogo, na transformação da realidade pela ação crítica dos próprios sujeitos. “Nestas práticas sociais, os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizam a convivência” (PPP da Escola).

O Projeto Político Pedagógico da Comunidade Educativa La Salle Medianeira, (re)conhecida como Colégio La Salle Medianeira, está fundamentado na Proposta Educativa Lassalista e também cita como referência a BNCC e os Pilares da UNESCO. A escola tem como missão “Ensinar a bem viver”, o que envolve aspectos éticos, morais, estéticos,

culturais, religiosos, políticos, econômicos, ecológicos e educacionais com vistas ao desenvolvimento integral dos educandos. Destaca a formação cristã e integral das crianças, jovens e adultos, baseada em princípios éticos e valores morais e cristãos, mediante ações educativas de excelência.

Nessa perspectiva, educar se confunde com humanizar, com o intuito de formar o humano em sua unidade e totalidade, considerando as dimensões indispensáveis ao desenvolvimento pleno do ser humano: a antropológica, a teológica, a epistemológica, e pedagógica, a ético-moral, a pastoral, a política, a ecológica, a estética e a administrativa (PPP da Escola).

Os documentos institucionais do Colégio La Salle Medianeira propõem uma educação inclusiva e inovadora, ressaltam o uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas no processo de construção do conhecimento e de formação das pessoas com o objetivo de promover uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Em suma, mostra diferenciar-se das escolas públicas apenas ao propor uma educação cristã, pois destaca, assim como a documentação das demais, a formação do ser humano em suas múltiplas dimensões, preparando-o para ser um sujeito ativo no processo de transformação da sociedade.

Nessa etapa, portanto, procurou-se analisar, nos documentos institucionais, as concepções sobre cultura política, de cidadania, de cidadão e de democracia que permeiam os espaços escolares e predominam nas instituições pesquisadas. Pode-se afirmar que os PPPs de todas as escolas, bem como os demais documentos analisados, contemplam a formação do cidadão na sua integralidade, de um sujeito participativo, crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres. Ou seja, está registrado nos documentos pedagógicos o papel fundamental da escola no processo de formação para a cidadania, na promoção de uma cultura política cidadã, autônoma e de participação, visando à transformação e o desenvolvimento da sociedade. Os documentos contemplam um currículo escolar que vai além dos conteúdos escolares, compreendendo concepções de política, de cidadão e de cidadania.

Através dessa análise documental, constatou-se que ao contemplarem a formação cidadã, os documentos das escolas orientam um trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento da cultura de participação, defendida por Almond e Verba (1963). Está presente, também, a concepção do “tipo ideal” de cidadão que, segundo Porto (2003), é o “cidadão interpretante”, preparado para exercer a sua competência cidadã, para ocupar o seu espaço e interferir no desenvolvimento da sociedade.

Considerando-se, anteriormente, o PPP um documento que fundamenta o ensino e a aprendizagem, o mesmo necessita fazê-lo com sentido e significado, valorizando a história que o aluno traz consigo e contextualizando-a aos conhecimentos, nas diferentes áreas. Se aos

gestores cabe promover a sua construção coletiva e a sua execução, este e os demais documentos não podem ficar ‘esquecidos’. Devem ser tomados como ‘conhecidos’. O que se percebeu é que nem todos tinham conhecimento do que foi verificado. Os documentos, mesmo que construídos coletivamente, permaneciam engavetados, muitas vezes tornando-se elementos de eventuais pesquisas, o que pode ser constatado no momento das entrevistas realizadas.

Faltava, na maioria das escolas, criar um espaço de aperfeiçoamento da gestão para agregar qualidade em toda a atividade gerencial escolar, inclusive na prática de ações de gestão, refletidas em um programa de visibilidade de todos os recursos com fins de agir comunicativo e de promoção de outras práticas voltadas à formação de sujeitos emancipados. A visão gestora precisa estar voltada a agregar qualidade a toda atividade gerencial escolar, incluindo a oferta de acesso a todos, ao conjunto de documentos escolares.

Mesmo que o PPP seja um documento que traduz as intenções e ações futuras da escola, existe um descompasso entre o que o mesmo diz e o que é realizado na escola. As causas desse descompasso podem ser: porque o PPP está desatualizado; porque pode estar desconstituído do seu significado real ou, ainda, porque a proposta se encontra engavetada, apenas. O PPP precisa ser construído e assumido por todos, sendo considerado o eixo norteador das atividades administrativas e pedagógicas da escola. Planejar e organizar a ação política e pedagógica da escola compreende atenção ao papel do PPP - de organizador da ação pedagógica e de definidor da identidade e do compromisso que cada um dos sujeitos escolares deve assumir com a escola e com a sociedade.

Um PPP desatualizado demanda revisão, pautada em novo estudo, reflexão e redação atualizada, uma vez que os problemas oriundos da comunidade não são sempre os mesmos, assim como mudam outras demandas. Daí a característica de o PPP ser flexível, para legitimar a atuação frente iniciativas do dia a dia escolar.

Quando o PPP está desconstituído do seu significado real, perde a sua função social, deixa de ser um marco de referência para todos, um suporte para as necessidades escolares e de participação para uma prática política, de natureza democrática. Veiga (1995) descreve o PPP como revelador da escola.

Preocupa-se em ministrar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 1995, p.13).

O PPP é um documento que deve ser construído por todos e considerado resultado de

um processo democrático de decisões. Neste sentido, não pode passar pelo desconhecimento por parte dos profissionais da escola, uma vez que suas ações precisam estar movidas por uma reflexão que pressupõe intencionalidade do currículo, de oportunizar relações verdadeiramente significativas entre o aluno e o conhecimento, auxiliar o professor no seu planejamento. A construção do PPP “consiste em reconhecimento do sujeito no produto coletivo; na contribuição de cada um e de todos, com exercício da decisão coletiva; no diálogo, respeito e tolerância” (VASCONCELOS, 2009, p. 25).

A Lei nº 9.394/96 (LDB) estabelece que a educação escolar deve se vincular à prática social, ampliando a formação familiar e inspirando-se nos princípios da solidariedade humana. Quando a escola não consegue preparar o aluno para o exercício da vida cidadã, não conseguirá formar um “cidadão interpretante”, aquele que aplica valores morais, age de forma respeitosa, expande sua consciência crítica. Isto porque a formação cidadã envolve o sentimento dos cidadãos frente aos seus direitos e aos seus deveres, sua habilidade de interpretar a realidade e de construir significados, sempre considerando-se um indivíduo em sociedade. Envolve a consciência de ter direito de ir e vir, de exercer o voto, de ter acesso e permanência na escola, de cuidar do espaço em que vive. E envolve a consciência de seus deveres, como tomar decisões coerentes e regradas, elaborar concepções consistentes de mundo.

O “cidadão interpretante” é bem informado, mas não se baseia apenas em informações. Ele domina discussões sobre cidadania, democracia, entre outras formas que o levam a construir significados; tem posição política, se enquadra na mídia, de forma complexa. Porto (2003) defende o “cidadão interpretante” como referência da escola democrática, que precisa fazer com que todos se sintam corresponsáveis pela aprendizagem do aluno.

O cotidiano da escola e do seu fazer pedagógico distanciam-se, muitas vezes, dos princípios norteadores do PPP. O que foi estudado nos documentos escolares diferencia-se, um tanto, da realidade. Em se tratando da dimensão social, por exemplo, percebe-se que educar para a cidadania e para a democracia se apresenta como tarefa desafiadora e em desvantagem. Se antes a escola representava fortalecida, hoje compete com a mídia, ignorando, muitas vezes, a necessidade de levar em conta as oportunidades que esta oferece. Mesmo constando no PPP a interação com as tecnologias digitais, muitas escolas deixam de contar (ou pouco contam) com a ação conjunta dos cidadãos e o diálogo em tempo real que este recurso oferece.

A educação precisa contar com o bem viver dos seus alunos. É preciso compreender

que só um documento “esquecido” na gaveta e um discurso elaborado não representam qualidade de ensino, nem educação para a cidadania e democracia. O PPP necessita nortear intenções e ações - articular, muitas vezes, uma tensa vivência de descentralização na escola.

O PPP tem uma importante contribuição no sentido de conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos (VASCONCELLOS, 2009, p.21).

Para consolidar essa autonomia, a comunidade escolar precisa estar envolvida não somente na sua construção, mas, igualmente, na sua implementação. Essa participação deve se dar com qualidade política, ou seja, com oportunidade e engajamento, para que não se banalize o que foi construído coletivamente. A banalização dos níveis de reflexão e a falta de clareza com o que se quer dificultam, também, a execução da proposta, por representarem o desejado e o vivido. Impossibilitam, na verdade, a articulação dos diferentes níveis de reflexão – para onde a escola quer ir, para onde a escola está indo, o que fazemos juntos, para expressar uma proposta política e social escolar. Quando o esforço não é conjunto, banaliza-se a complexidade dos desafios e não se diminui a distância entre o desejado e o vivido.

4.3 A VISÃO DOS GESTORES ESCOLARES

Nesta seção está apresentada a análise dos dados coletados na terceira etapa da pesquisa realizada, que consistiu na efetivação de entrevistas com os gestores escolares, através de um roteiro de perguntas semiestruturado, o qual compreende o Apêndice B deste estudo.

O Roteiro de Questões Para Entrevistas consta de 10 perguntas norteadoras, que se iniciou com diálogo e seguiu-se de registro do exposto, na forma de itens, nesta seção. Através dele, teve-se como objetivo identificar a visão dos gestores sobre cidadania, educação, democracia e o papel da escola nesse contexto. Dos gestores procurados para a participação à investigação, uma gestora ofereceu oposição à colaboração, uma gestora se encontrava em licença e vinte e oito gestores foram os respondentes à entrevista.

Os dados coletados foram analisados a partir da teoria que orienta a pesquisa, resultando em discussão, amparada no debate sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento, tomando a escola como objeto de estudo; instituição que, além de possuir com a cultura uma relação de influência recíproca, tem ainda, entre suas atribuições, a formação para a cidadania, interesse primeiro deste estudo.

4.3.1 Interferência da Escola no Processo de Desenvolvimento da Sociedade

As tendências encontradas sobre esta questão mostram que a maioria dos gestores demonstrou ciência da importância da escola nesse processo. Segundo os mesmos, a escola tem interferência no desenvolvimento da sociedade por se constituir um espaço organizado, de construção coletiva, onde se preservam valores e princípios, onde se valoriza o ser humano e o seu desenvolvimento, servindo de exemplo ou modelo de sociedade. “A escola é uma pequena sociedade formada pela diversidade de culturas e de individualidades, onde se prepara o aluno para a vivência em sociedade em um contexto maior” (Entrevistada 7). E conclui: “Valorizar o ser humano e o seu desenvolvimento na totalidade, é fundamental” (Entrevistada 7).

Na escola, conforme os gestores, são promovidos debates sobre temas atuais, sobre políticas públicas, o que se reflete na cultura dos alunos. Interferir no desenvolvimento da sociedade é o objetivo maior da escola, a qual precisa evoluir sempre, procurando formar o cidadão para viver em família, em sociedade e, também, prepará-lo no seu todo. É possível se reportar a Guará (2006) que trata da formação do homem tendo que ser priorizada na sua totalidade, realçando suas necessidades e evoluções, quando se ouve uma gestora explicar sobre a sua instituição escolar: “Através do conhecimento propiciado, do desenvolvimento do pensamento crítico, do espírito de cooperação, a escola promove uma sociedade mais pacífica e evoluída” (Entrevistada 16). Porém, há a preocupação, nesta escola, de que, mesmo ela desempenhando a sua função de formar cidadãos, os alunos, ao concluírem a Educação Básica, ainda se mostram bastante imaturos, indecisos, despreparados para enfrentar a realidade e os desafios que se apresentam. A entrevista mostra esta realidade na expressão de uma gestora: “ (...) eles saem novos ainda, e não têm uma noção exata do que eles querem, pode ser que o Novo Ensino Médio possa fazer indicativos de caminhos novos” (Entrevistada 23).

Também, existe o entendimento de que o trabalho da escola poderia ter impacto maior se houvesse maior reciprocidade por parte do aluno, das famílias, conforme expressa uma das gestoras: “O trabalho feito na escola é de extrema importância, porque atinge várias famílias da comunidade e esta deveria ter uma reciprocidade maior em relação a este trabalho” (Entrevistada 18).

Gestores consideram que a política faz parte da vida dos sujeitos, e a escola não pode se posicionar de forma passiva e demonstrar pouco esforço nas questões sociais, nos mais diferentes âmbitos. A interferência precisa ser a mais positiva possível, para que o sujeito se

constitua cidadão na sua integralidade. Um trecho da entrevista que aponta esta realidade é: “Com certeza tem as interferências, o aluno precisa definir dentro da escola o seu futuro, então ele sai da escola já pensando no que ele quer fazer” (Entrevistado 25).

Em se tratando de estímulo à pesquisa, concorda-se com Bacich e Moran (2018) que defendem que a adoção de metodologias ativas confere mudanças de paradigmas, tanto na forma como se dá o ensino e aprendizagem, quanto nas relações professor/aluno. Segundo gestores, estimular um aluno à pesquisa, por exemplo, é contribuir para que saia da passividade e se mostre protagonista na construção do conhecimento. “É só assim que os alunos poderão ser alunos ativos, e é só a partir disso que poderão interferir na sociedade, podendo eles responderem por seus atos, o que eles acham adequado (...)” (Entrevistada 1). A gestora mostrou-se preocupada com a tarefa de colaborar para que alunos saiam da posição de passivos, e se constituam protagonistas da sua aprendizagem. Um “cidadão interpretante”, segundo Porto (2003), necessita ter condições de desempenhar o seu papel, e estar preparado para a participação democrática. E um dos meios de formar este cidadão ideal é proporcionar um ambiente escolar em que o aluno exerça o protagonismo na construção do seu conhecimento, sendo a pesquisa uma das estratégias mais favoráveis para este fim.

Seguindo o que foi perguntado, ou seja, se há interferência da escola no processo de desenvolvimento da sociedade, houve a apresentação da noção de que a escola interfere, uma vez que a sociedade reage diante de uma escola passiva. E que as situações que acontecem “fora da escola” respingam no seu interior, e vice-versa. Segundo a concepção de um gestor, “(...) nosso dia a dia interfere muito, de maneira que se nós formos olhar tantas situações que acontecem lá fora e respingam dentro da escola, não tem como não trabalhar a questão religiosa, política, social (...)” (Entrevistado 10). Neste sentido, gestores acreditam que escola e sociedade partilham interesses comuns, ou seja, a formação do cidadão crítico, capaz de participar e colaborar com a transformação da sociedade. Cruzando a teoria com as concepções dos entrevistados, é importante citar Almond e Verba (1963) que tratam do funcionamento das instituições democráticas como dependente da cultura política dos cidadãos e, para tanto, preconizam a “cultura de participação” como sendo a ideal para a consolidação da democracia.

Uma análise dos documentos pedagógicos da escola demonstrou que os mesmos se apresentam definindo um trabalho fundamentado na cultura dos cidadãos. O Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP), por exemplo, precisa fundamentar um ensino e aprendizagem com sentido e significado, valorizando a história que o aluno traz consigo e contextualizando-a aos conhecimentos, nas diferentes áreas. Um trecho do PPP de determinada escola pública

municipal contempla: “O papel da escola é o de conhecer a realidade dos alunos e suas famílias, buscando, assim, construir um PPP, no coletivo, respeitando individualidades e a história de vida de cada um” (PPP da Escola). Nesse sentido, a escola promove uma prática de respeito ao conhecimento prévio do aluno e às suas individualidades, oferecendo, a ele, condições de aprender com significado.

Gestores afirmaram que a escola interfere na sociedade, pois é no espaço escolar que os alunos encontram a oportunidade de se prepararem para a vida, para o futuro e para se inserir na sociedade. E inclui-se nesta percepção a expressão: “A sociedade também tem grande interferência na escola, porque é ela quem dita as regras, através das mudanças sociais, tecnológicas e econômicas que refletem no ambiente escolar” (Entrevistada 11). Almond e Verba (1963) defendem a participação enquanto movimento que prepara o sujeito para a vida em sociedade. Na visão de um dos entrevistados, “Com certeza interfere porque o motivo número um é inserir o indivíduo no mercado de trabalho, para que possa viver na família, na sociedade, de forma cidadã. Se ela não interferisse, não teria objetivo de ter a escola” (Entrevistado 5).

Reportando-se ao PPP, faz-se necessário salientar que os discursos dos gestores estão aproximados ao que rege o documento, no entanto, na formação dos alunos alguns princípios parecem ficar distanciados do que se vê. A maioria dos pais, por exemplo, se mostra presente na vida do aluno. Segundo o PPP da escola em que atua a entrevistada: “Para responder às aspirações dos alunos, pais e professores, a escola caminha de forma integrada, num trabalho sério, pautado na parceria e no envolvimento de todos os segmentos relacionados” (PPP da Escola). Já na análise das entrevistas, se viu reclames de que alguns pais não têm participação ativa na vida escolar de seus filhos: “ (...) a realidade de nossos alunos é bem complicada, tem pais que ajudam e tem outros alunos que, depois desta pandemia, a gente percebe como o professor é importante. Então não tem como realizar na escola um trabalho que esteja desatrelado à realidade deles” (Entrevistada 12).

Na teoria, a educação é fundamental para formar um ‘cidadão interpretante’, ativo, crítico. Segundo gestora: “Todo o trabalho escolar tem o objetivo de garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários para exercer seus direitos de cidadania, para tornar-se um cidadão participativo na sociedade” (Entrevistado 22). Conforme outra gestora: “(...) a minha contribuição é com a formação do cidadão, um pouco mais ativo, reativo, menos passivo, mais participativo” (Entrevistada 27). E, segundo outra gestora, ainda: “(...) a escola contribui com este cidadão crítico, consciente, que depois vai atuar na sociedade, em geral transformando-a (...)” (Entrevistada 28). Essas colocações seguem a linha

dos documentos pedagógicos examinados, que constam diretivas à emancipação em um espaço favorável para tal.

Nos documentos pedagógicos das escolas esses princípios estão presentes. Em todos os documentos analisados se viu a intenção de construção coletiva, democrática e participativa do conhecimento; atuação efetiva de todos os segmentos; espaço e clima favorável de trabalho, cada um com a sua redação específica. Em um desses documentos leu-se: “Promover a integração da comunidade escolar: pais, estudantes, professores e funcionários” (PPP da Escola). Ainda, se viu: “(...) acredita-se em uma educação parceira, aproximando as famílias da escola, uma educação de qualidade, e conta com o apoio da mantenedora e de outras instituições (...)” (PPP da Escola).

Aparentemente, os discursos dos gestores escolares se conectam aos princípios gerais, mas nem tudo se materializa na formação dos alunos. Nem sempre é possível que a escola coloque em prática a essência de que os direitos humanos e a cidadania, por exemplo, possam ser trabalhados em todas as demais instâncias de convívio destes alunos, como a família, a igreja, o conjunto da sociedade. A escola é este espaço educacional, que se diz comprometido e cheio de intencionalidades com mediações reais. No entanto, o aluno, fora deste ambiente, muitas vezes não coloca em prática o aprendizado construído durante o processo político, cultural e social - que é o ensino e aprendizagem. Se a escola consegue materializar esforços de todos, seguindo a teoria expressa no PPP, consegue alcançar resultados positivos.

Mas isso implica uma relação parceira entre todos os segmentos. O PPP de determinada escola contempla: “A escola cidadã corresponde a um lugar cheio de vida - um espaço de relações que, na perspectiva social, compreende em visão transformadora e papel essencialmente crítico, na construção do conhecimento e da cidadania” (PPP da Escola). Pode-se ver perspectivas de formação de cidadão ativo e crítico, na redação do documento.

Uma das expressões de gestora da escola demonstra que transformações modificam as regras e valores, em se tratando de viver em sociedade: “(...) encontramos muitos exemplos negativos de valores por causa das transformações, quanto à rapidez de informações, o avanço de novas tecnologias que interferem e modificam o modo de pensar e viver das pessoas, modificando as regras e valores” (Entrevistada 16). A análise apontou para a ideia de que a escola tem compromisso de trabalhar esses pontos de desenvolvimento social, político, cultural e econômico. Se as tecnologias estão presentes no cotidiano dos alunos, a escola precisa dar conta de enquadrar a educação neste processo transformador, estabelecer fins a serem atingidos em consonância com a rapidez da informação.

Porto (2003) defende que é preciso ponderar e analisar as condições que as mídias

promovem, ou se impedem uma participação mais efetiva das pessoas na construção da cidadania. Assim, a escola tem esse compromisso, de instigar o aluno a ser reflexivo e seletivo. O crescimento tecnológico pode ser visto como oportunidade e não como referência de menor valor, ou que leva à quebra de acordos. É necessário pensar nas especificidades técnicas e no potencial pedagógico da transformação. Os PPPs das escolas, conforme se ilustrou anteriormente, compreendem esta visão transformadora.

Na visão da maioria dos gestores, o trabalho da escola tem grande interferência na sociedade, quando trabalha a reflexão crítica, a interpretação, e correlaciona o conteúdo desenvolvido nas disciplinas com a realidade. Assim, consegue formar sujeitos ativos, participativos e autônomos. O papel da escola é fundamental por promover a socialização do saber, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, a formação moral, o resgate dos valores humanos, a formação integral do aluno, o que deve servir de parâmetro para os alunos, como modelo de organização de uma sociedade em que predomina a ética e a cidadania, que prima pelo diálogo, pelo respeito e pelos princípios de coletividade e de solidariedade humana.

Porto (2003) defende a importância de se ter cidadãos que tenham condições de desempenhar seu papel e que se sintam preparados para a participação democrática, ou seja, que se mostrem ‘cidadãos interpretantes’. Essa concepção é fundamental porque, quando a escola oferece uma educação de qualidade a todos os indivíduos, fortalece a sociedade; é a base na formação do indivíduo para que seja participativo. É um trabalho lento e, muitas vezes, pouco valorizado. Porém, essencial. É preciso que o “mundo político” perceba isso. O trabalho do professor para com o aluno não pode ser substituído.

Conforme investigação realizada em entrevistas, tratando-se desta correlação entre o que vem sendo desenvolvido na escola e a realidade atual, gestora respondeu: “A escola tem o poder e nós tentamos fazer com que alunos entendam que eles têm influência de mundo e têm essa influência dentro do meio que eles estão, então a escola é uma das principais instituições que consegue fazer essa ligação (...)” (Entrevistada 7).

São poucos os gestores que entendem que o trabalho realizado na escola não tem interferência direta no desenvolvimento da sociedade, pois caberia à família promover a formação política e cidadã dos indivíduos, deixando para a escola a tarefa de apenas reforçar o que é trabalhado em casa. Segundo a expressão de gestor de uma escola da rede pública estadual, que tem um PPP apontando que a escola prepara o aluno para o trabalho: “A princípio a interferência direta não tem (...) o desenvolvimento da sociedade vem de casa, dos pais, a escola só reforça esse trabalho (...)” (Entrevistado 25). Essa concepção é contrária ao que expressa a Lei nº 9.394/96, que estabelece que a educação escolar deve se vincular à

prática social, ampliando a formação familiar e inspirando-se nos princípios da solidariedade humana. É contrária, ainda, ao pensamento de Lago e Rotta (2018), que defendem que o desenvolvimento não pode ser dissociado das relações sociais, por se tratar de um produto dessas relações. Na escola não é diferente, pois ela possibilita ao indivíduo estabelecer relações e compreender a organização da sociedade e, igualmente, o processo de desenvolvimento.

Quando se trata de educação é necessário direcionar uma prática que contemple a atuação dos sujeitos escolares, incluindo-se os pais, com vistas a colaborarem com o ensino que a escola tem de promover autonomia, interação e cidadania. Esta prática é feita em parceria, ou seja, considerando-se as relações entre os profissionais pedagógicos, como por exemplo, o orientador educacional, o supervisor escolar, os demais gestores e professores, com os familiares.

Para os gestores essa perspectiva está contemplada nos documentos pedagógicos: “Ela contempla, sim, mas o principal é a valorização do ser, da pessoa, dos seus princípios, da família, do cidadão, dos seus valores como pessoa, além disso, o respeito pela opinião do outro, trabalho em equipe, na ajuda e assim por diante” (Entrevistada 20).

Se a escola não consegue dar conta do preparo ao aluno para o exercício da vida cidadã, não conseguirá formar “cidadão interpretante” - esse cidadão que aplica valores morais, que age de forma respeitosa e que é capaz de expandir sua consciência crítica. A formação cidadã envolve o sentimento dos cidadãos frente aos seus direitos e, igualmente, frente aos seus deveres, sempre considerando-se um indivíduo em sociedade.

4.3.2 A Cidadania e o Papel da Escola na Formação do Cidadão

A cidadania está relacionada à formação de valores e atitudes, ou seja, à formação de cidadãos críticos, participativos, autônomos e caracterizados com as demais formas que o constituem um sujeito capaz de priorizar a educação e ter competência para assumir compromissos na vida; ser, enfim, um sujeito em transformação.

A educação para a cidadania visa, segundo gestores, contribuir para a autonomia, via cultura. Loiola e Miguez (2007) tratam da cultura como elemento que reflete os padrões que os indivíduos desenvolvem a partir de sua interação com a comunidade. Para os autores, a cultura corresponde a um conjunto de hábitos, atitudes, crenças e valores que dão sentido ao mundo que cerca um indivíduo. E Almond e Verba (1963) defendem que o funcionamento das instituições democráticas depende da cultura política dos cidadãos. Dessa forma, um

sujeito com determinada cultura demonstra o modo como vê a si mesmo e ao mundo, como se vê diante do próprio mundo e como parte dele, como se apropria do cotidiano e como se relaciona com ele. Na concepção destes gestores, a cultura está articulada à concepção de cidadania. Conforme expressa uma gestora de escola da rede pública estadual: “O papel da escola é conscientizar esses alunos do que é ser cidadão e como se desenvolver, como podem fazer a sua parte, dar a sua colaboração, para que isso aconteça na sua comunidade, no seu município” (Entrevistada 18).

Gestores concebem a ideia de que a escola é a maior responsável pela formação do cidadão, assumindo, na maioria das vezes, o compromisso da família, que transfere para a mesma essa responsabilidade. Para eles, é na escola que o aluno consegue dialogar, de forma a expor suas ideias, seus desejos, seus sentimentos, e discutir sobre a cultura local, e de mundo – considerando a cidadania um elemento primordial para a sua vida. Para eles a Educação Infantil é a primeira instância escolar para tal. “É com os pequenos que temos que trabalhar os valores, para eles se tornarem cidadãos competentes pra vida e, principalmente, responsáveis pela vida” (Entrevistada 3). Respeito, solidariedade, participação e cooperação são uns destes valores, que constam nos documentos pedagógicos analisados.

Cidadão é aquela pessoa que participa das tomadas de decisões, que faça o uso de sua palavra, sua ideia, não importa qual é o grau que ela está dentro da sociedade, porque eu posso ser cidadão dentro de minha casa, sendo uma trabalhadora do lar [...], no meu município, no meu mundo [...] (Entrevistada 26).

Essa afirmação de uma gestora pode ser relacionada às ideias de Almond e Verba (1963) que tratam da cidadania como exercício de relação do sujeito e suas convivências e, igualmente, postulam que os seus comportamentos se fundamentam em princípios. Nesse mesmo sentido, documentos analisados da escola mostram: “O estudante adquire conhecimento sobre a realidade física, social, política, tecnológica, artística e espiritual. O desenvolvimento do raciocínio e da construção do senso crítico é priorizado através da resolução e análise de problemas envolvendo situações da vida cotidiana” (PPP da Escola).

Conforme Almond e Verba (1963), o cidadão precisa exercer de forma crítica e participativa a sua cidadania. Para tanto, é importante que a escola se dedique em ser efetiva à formação do ser humano – um cidadão ativo – e tenha como predomínio uma cultura participativa, ou seja, que se constitua um cidadão participante. Se a família não der este aparato, a escola necessita atribuir uma educação integral, enquanto tarefa ímpar, pois é a ela que cabe desenvolver a formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural,

política e científico-tecnológica. Analisando-se documentos escolares, viu-se que uma escola da rede municipal de ensino apresenta o seguinte, no seu PPP: “Segundo Jonh Dewey “o cidadão participante é fundamento da vida democrática.” De forma similar, Anísio Teixeira defende que “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”. Essa concepção atual leva à reflexão sobre o exercício efetivo de uma cultura participativa.

A cidadania ativa é um elemento cultural, ou seja, a cultura da cidadania e da democracia compreende algo que se desenvolve, que se ensina e se aprende. À escola cabe o papel de formação integral, de educar para a vida, em todas as dimensões. Assim, é fundamental que a escola eduque para a cidadania e para a democracia. Documentos pedagógicos, que norteiam matrizes de referências, apontam essas particularidades e os resultados das entrevistas mostram que esta compreensão está presente entre os gestores da escola. Um cidadão ativo se preocupa, se compromete, se integra e se envolve com os assuntos da comunidade.

Para gestora de uma escola municipal: “(...)essa questão da formação cidadã, a nossa escola, no turno inverso, tem um dos componentes que é sobre direitos humanos, o Projeto de Vida, e que está diretamente relacionado e enfocando, porque um sujeito de valores pode formar opiniões e tomar decisões” (Entrevistada 12). E a mesma continua: “(...)formação de identidade, de caráter; quem sou eu? Como eu me encontro nesse meio em que estou?” (Entrevistada 12). A escola em que trabalha a referida gestora participante da entrevista tem como princípio “Educar para a vida, desenvolvendo o ser integral” (PPP da Escola). Igualmente, o PPP contempla essa finalidade de “Educação integral do aluno, que visa uma formação de valores, desenvolvendo o espírito crítico-reflexivo, de cooperação, respeito, de ajuda mútua, de solidariedade e de valorização da pessoa, bem como uma formação cognitiva, ampliando suas competências e habilidades” (PPP da Escola). E o texto tem continuidade: “(...)uma formação que lhe permita crescer como cidadão ativo, autônomo, participativo e responsável pelo patrimônio público” (PPP da Escola).

Outra concepção de cidadania expõe que “cidadania compreende conhecimento dos direitos e deveres” (Entrevistada 4). Compete à escola construir conhecimento a respeito de limites, seguimento às normas e/ou regras, pois as famílias não se mostram preparadas para este fim. Contribuir para a formação de bons cidadãos é um compromisso que a escola vem assumindo, dado o seu espaço formador. A formação do ser humano se dá enquanto processo de construção do conhecimento e de formação dos sujeitos, para que possam intervir e transformar a sociedade, ou seja, estarem dignamente integrados à sociedade. Essa realidade

reforça os princípios norteadores da educação e os documentos pedagógicos. Reforça, ainda o pensamento de Porto (2003), para quem o ‘cidadão interpretante’ não se baseia somente nas informações, e sim, nas possibilidades que tem de discutir sobre os mais diferentes assuntos, dominando conteúdos e expondo as suas ideias com confiança. É aquele que é capaz de intervir na sociedade, construindo novos significados ao sentimento de pertença à mesma. Um “cidadão interpretante” tem posição política e, de forma relevante, se enquadra na mídia e nos demais recursos da atualidade.

Para gestores de uma escola estadual pesquisada, “Ser cidadão é fazer a diferença no lugar que ocupa, seja na família, na escola, na sociedade” (Entrevistada 26). Essa concepção leva ao entendimento de que o pensamento crítico e ético é essencial para o cidadão, que muitas vezes se sente pouco compreendido no ambiente escolar. O cenário da escola é objeto de um jogo de conflitos, muitas vezes, pois os grupos têm interesses diferentes. Aí entra o papel mediador dos gestores e dos professores, para que o aluno consiga se sentir pertencente, mesmo diante das adversidades, seja na escola, ou em outro âmbito. Essa é uma postura decisiva de quem está à frente de uma classe, com comportamentos e manifestações diversas, nem sempre compreendidas.

Analisando-se outras respostas à entrevista, percebeu-se a concepção de ideia de cidadania enquanto vertente da democracia. E alguns gestores a veem, ainda, voltada ao que a cidade oferece somente para uma parte da população, negando ao pobre, ao negro, ao indígena e aos demais vulnerabilizados o direito à participação, à liberdade, ao lazer. A expressão manifestada por gestora de escola estadual mostra: “ainda eu queria saber qual é o terreno mais próximo aqui da quadra central, cujo proprietário é preto, ou seja, olha a proximidade maior de proprietário de cor, da praça municipal (...) quanto mais indígena, mais longe daquilo que se caracteriza por cidadania”. E dá continuidade à exposição: “Isso não gera participação, isso não gera cidadania” (Entrevistada 23). Seguindo a análise da entrevista, a sua ideia é de que somente na escola essas pessoas conseguem, de certa forma, “ir e vir” com dignidade. Ela entende que a sociedade não os reconhece como cidadãos. “(...)ele não tem espaço, a não ser na escola”.

Conforme o que defendem Almond e Verba (1963), o funcionamento das instituições democráticas depende da cultura política dos cidadãos e, para tanto, preconizam a ‘cultura de participação’ como sendo a ideal para a consolidação da democracia. Sendo assim, a escola em questão deve promover ações que alcancem o seu entorno, fundamentar empreendimentos que possam dar conta de tal realidade. Ainda circulam disputas e visões preconceituosas, em qualquer lugar, mesmo nas proximidades dessa escola. Mas se tratam de elementos que

podem ser amenizados, transformados pela solidariedade e pela tolerância, para facilitar convivências. A escola tem que se dedicar de forma efetiva para a formação do ser humano em suas várias dimensões.

Nesse sentido, o direito à participação se dá na dimensão formal do processo. É papel da educação formar uma cultura política. E essa efetivação no cotidiano escolar se dá quando a prática educativa tem compromisso político e pedagógico, sendo que o mesmo está respaldado em instrumento de trabalho construído coletivamente. A dimensão de formação de “cidadão interpretante” compreende o contexto pedagógico de possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição, ou seja, em formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. E compreende o contexto político, colaborador à sua autonomia e à integração ao mundo que habita. Para gestores, “Toda escola tem uma proposta política e pedagógica (...) a gente constrói junto com a comunidade escolar, pensando junto, tendo como filosofia: educar para a vida, com responsabilidade, com compromisso, com participação (...) esses valores não estão só no papel”.

É assim que se percebe, igualmente, a importância do que se viu no pensamento de Lago e Rotta (2018), que uma sociedade compreende a ideia de ser formada por pessoas que reúnem condições para viver de forma plena, digna, com qualidade e com liberdade. Os autores discorrem que o desenvolvimento resulta de uma combinação do crescimento econômico, do aumento igualitário do bem-estar social e da preservação ambiental. Junto a este está a ideia de homem como ser multidimensional, o que leva a educação ao compromisso de contemplar as múltiplas exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive, bem como construir relações que promovam o seu aperfeiçoamento.

4.3.3 Currículo e valores na formação para a cidadania

A pesquisa mostrou que o currículo escolar tem uma relação próxima com a formação de valores, sendo que gestores e professores direcionam o seu trabalho para a formação de cidadão críticos e construtivos, que tenham os valores da honestidade, do respeito ao próximo e da convivência harmônica como primordiais. O currículo contempla a formação para a vida, o respeito à diversidade. E, conforme expõem Almond e Verba (1983), os valores essenciais presentes na comunidade determinam a sua população.

As pessoas não podem ter conhecimento e não participar, não colaborar, não se integrar, não avaliar políticas públicas, por exemplo. A formação para a cidadania compreende compromissos com os valores políticos, com atitudes para o coletivo, com a

tolerância que facilita convivências, com a solidariedade.²

Gestores entendem que o currículo segue as diretrizes da Lei nº 8096, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito aos seus direitos e deveres, tendo como motivação temática a educação cidadã. “A questão da cidadania dentro e fora da escola, compreendendo respeito, igualdade, honestidade, justiça e solidariedade” (Entrevistada 14).

O trabalho em equipe, a valorização do ser e dos princípios familiares e o que é planejado e organizado na escola seguem uma continuidade que dá conta do currículo dotado de valores. A construção do currículo, na verdade, remete a práticas concretas, conforme tratam documentos pedagógicos. Para a maioria dos gestores, o currículo segue a ideia de projeto de vida, oportunizando o falar, o ouvir, o sentir, o se inserir no assunto, a reflexão sobre a vida, projetos futuros, sonhos. “Os valores estão intrínsecos em todos os currículos, em todos os conteúdos, em todas as salas de aula”(Entrevistado 10).

Conforme se investigou, muita coisa mudou na escola: “O que eu considero fundamental é o protagonismo e esse agir ético e responsável que também estão contemplados nos nossos princípios” (Entrevistada 27). A relação entre os documentos pedagógicos e a percepção dos gestores é confirmada, conforme pode-se ver em diferentes momentos da investigação. Respostas comprovam isso: “Aquilo que perpassa nas relações, no currículo oculto, e ele está expresso na nossa matriz curricular, e também nos princípios da rede” (Entrevistada 27), segundo o que explanou gestora da rede particular de ensino.

Já no discurso de gestora de uma das escolas públicas foram citados os documentos Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente e o PPP como embasadores do trabalho e fortalecedores do processo participativo e organizado, “(...) uma ação que garanta aos educandos um desenvolvimento amplo em relação ao conhecimento pessoal e do mundo” (Entrevistada 12). Assim, a prática que contribui para a cidadania e para a formação integral dos alunos segue diretivas dos documentos pedagógicos. E a prática cotidiana está regulamentada em princípios e fins da legislação. Pela investigação realizada, o PPP é o documento mais citado, mostrando-se compreensível que, no contexto das escolas, a prática educativa deve se dar com qualidade política, ou seja, com oportunidade e engajamento, para que não se banalize o que foi construído coletivamente.

² Nesse sentido, destaca-se a importância dos estudos promovidos em curso de Mestrado que dá ênfase à sólida formação teórica e crítica na área de Desenvolvimento e Políticas Públicas, e que incentiva o mestrando a fazer análise dos aspectos políticos e culturais, no contexto da realidade do seu município, por exemplo.

4.3.4 Conteúdos escolares, mundo político e realidade dos alunos

Algumas concepções orientam as escolas investigadas em sua tarefa de formação para a cidadania, voltada à autonomia de pensamento, à postura crítica e socialmente comprometida. Nos documentos pedagógicos das mesmas essas intenções aparecem como propostas. O PPP de um das escolas públicas da rede municipal de ensino considera:

[...] objetivando o despertar para uma escola nova, ou seja, para uma escola cidadã, preocupada com a construção do conhecimento, com o fazer pedagógico aperfeiçoado, com estratégias de ação, alternando objetivos, conteúdos e metodologias, em defesa de um trabalho pedagógico flexível mas bem definido. [...] projetos baseados na interdisciplinaridade, na qual o professor é um elemento mediador ao conhecimento e exercitador do novos saberes, se insere no contexto de formação de seres autônomos e concientes, com postura crítica e capazes de se aproximarem das diversas formas de diálogo, em igualdade de condições e de respeitar as diferentes visões de seus semelhantes (PPP da Escola).

Neste sentido, o PPP mostra ser construído considerando diretrizes de uma educação para a cidadania. E considera mais: “Quanto à finalidade política e social ao formar o indivíduo para a participação política, que implica direitos e deveres da cidadania, a escola procura incentivar os alunos a crescerem como cidadãos, participantes da comunidade” (PPP da Escola).

A investigação a documento de outra escola aportou em atenção ao exposto de que os conteúdos escolares compreendem sintonia com o mundo político e a realidade dos alunos. Segundo gestora, a questão política começa a ser discutida quando a criança aprende conceitos e se relaciona com estes. “Desde quando nós começamos a ensinar o que é um país, o que é um estado, o que é uma cidade, de certa forma estamos trabalhando a questão política” (Entrevistada 2). O estudo das demais instâncias vai complementando o seu entendimento e dando novo significado ao que já conheciam, ao refletirem, na escola.

O ambiente familiar é o seu aprendizado primeiro, a continuidade deste vai depender do planejamento da escola e das suas vias de oferta: livros, revistas, jornais, internet, explanação do professor. A realidade, cruzada com a história social e política, é caminho acertado para o entendimento do aluno. É a partir do saber primeiro do aluno que se desenvolve, no ambiente escolar, a sua capacidade de leitura de mundo, de compreensão do seu papel, enquanto cidadão.

A escola, de certa forma, vem buscando, segundo gestores, fazer o seu papel de unir a história política à realidade do aluno. Eles reforçam a necessidade de não se confundir as questões que envolvem cultura política com a política partidária, o que é bastante comum. A

escola precisa contribuir com a cultura política, com a visão inovadora, com a emancipação, a consciência crítica dos futuros cidadãos. Esse foi um dos interesses deste estudo: tratar da interferência sobre cultura e comportamento político dos cerro-larguenses.

O significado de “cidadão interpretante” está presente, mais uma vez, na concepção dos entrevistados, quando expressam o tipo de cidadão que a escola pretende formar. Mesmo que não utilizem o conceito, ele aparece (re)conhecido, por exemplo, na seguinte posição: “Sim, política e cidadania devem caminhar juntas com justiça, igualdade e, sobretudo, respeito e empatia com a opinião dos demais” (Entrevistada 16). Também, nessa expressão: “A escola fica mediando para que o aluno consiga adquirir novos conhecimentos para se inserir melhor no dia a dia” (Entrevistada 12). E, ainda: “Eles expõem sua realidade, para que, em conjunto se faça uma relação com maior entendimento de como essa parte da cidadania pode ser usada no seu meio, mesmo em sua família, onde se ajustar melhor” (Entrevistada 18).

Há os gestores que consideram complexa a ação educativa, mas que a escola vem buscando trabalhar, principalmente nas áreas de ciências humanas essa relação. Consideram que alunos trazem outro contexto, e é função da escola orientá-los e fazer refletirem sobre tal temática. Uma análise dessa realidade permitiu a compreensão de que a adoção de metodologias ativas promove a atuação do aluno na construção da aprendizagem. E que a educação tem como essencialidade oferecer condições de aprendizagem em contextos de incertezas. Também, a atividade reflexiva, crítica e compartilhada precisa ser ofertada, seja com o auxílio das mídias, ou outras de relação pedagógica.

A escola é um lugar de contexto educativo, que aperfeiçoa o saber dos alunos, leva em conta que eles não são objetos de aprendizagem, mas agentes na construção do conhecimento. Trazem do seu meio de convivência comportamentos e ideias diferentes. E esses contextos precisam ser valorizados. A realidade conflitante sempre existirá, mas é preciso que a escola saiba lidar com a cultura manifestada pelos indivíduos, trazendo soluções simples para um aprendizado satisfatório. A escola necessita ser a primeira a dar exemplo, em se tratando de pluralidade. E um caminho para isso é o de ofertar conteúdos escolares sobre política e cidadania relacionando-os com o mundo político e com a realidade dos alunos.

Assim, o professor, que tem o papel de provocar, dispor e interagir colocando o pensamento do aluno em movimento, estará lhe dando condições para que tenha acesso ao novo e solicitando a sua própria expressão no percurso das suas tenras construções.

4.3.5 Influências do trabalho da escola sobre visões de mundo dos alunos

A investigação demonstrou que o trabalho desenvolvido na escola exerce influência sobre as visões de mundo e o comportamento sociopolítico dos alunos/cidadãos, e que a escola é o agente principal para intervir neste sentido. Trabalhar a autonomia dos indivíduos é, sempre, uma perspectiva crítica, pois compreende rever a relação indivíduo e sociedade, potencializando a sua capacidade intelectual, o desenvolvimento do seu senso crítico e social, o que recai no significado dado à cultura. Para Almond e Verba (1983), a cultura justamente se manifesta como padrão social, podendo ser detectada a partir de manifestações individuais e visões de mundo.

Gestores confirmaram ter certeza que o trabalho escolar tem influência sobre a visão de mundo dos alunos, mas que se tivessem um pouco mais de apoio da família teriam melhores resultados. “Estreitar relações com a família é um dos objetivos da escola que tem a cultura de grupo como essência” (Entrevistada 2). A cultura de valores, comportamentos, manifestações individuais e traços que se exibem são elementos vividos no coletivo. Desta forma, têm relevância ao ambiente escolar, que precisa lidar com a ideia de exercer uma prática que influencia no comportamento do futuro cidadão. E o cidadão que se espera é o cidadão criativo, integrado, que age de forma respeitosa, que se considera pertencente à sociedade: o “cidadão interpretante”.

Conforme expõe Porto (2003), é um cidadão bem informado que domina as mais diferentes discussões, sejam elas sobre democracia, cidadania, posição política, mídia, ou outras formas complexas. Para tanto, a escola precisa fazer com que o mesmo experimente e lide com a consciência de seus direitos de ir e vir, de tomar decisões regradas, de formular concepções consistentes de mundo. Esse é o cidadão de referência, em se tratando de uma escola com diretrizes democráticas.

Gestores citaram a situação da EJA - Educação de Jovens e Adultos, que “precisa de um atendimento mais direcionado” (Entrevistada 6) neste sentido, e se torna um desafio maior, frente à influência de mundo que já aflora nas suas posturas, nas suas aspirações. Os alunos dessa modalidade de ensino se apresentam com convicções mais arraigadas, tornando o trabalho da escola mais desafiador no sentido de debater e ampliar sua visão de mundo. De fato, a escola precisa compreender que o seu papel vai muito além da transmissão de conteúdos, tendo-se que priorizar o ser como um todo, em detrimento ao fragmentado. As diferentes circunstâncias exigem atividades diversas, em conformidade com as

individualidades dos sujeitos.

Dada a importância do trabalho com alunos da EJA, cabe observar que foi possível tecer considerações, considerando-se vivências e práticas com esta modalidade de ensino. Na educação do sujeito na sua totalidade, a formação integral, o convívio com o diferente, todas essas variáveis são consideradas fundamentais e levam à formação cidadã em um ambiente democrático. Comparando-se a prática com alunos da EJA à ação desenvolvida com crianças e adolescentes, chega-se ao entendimento de que os desafios são diferentes e, assim como eles, os resultados. As crianças e adolescentes, na maioria das vezes, se mostram mais receptivas e mais interessadas. Provavelmente, porque sua história de primeiros anos escolares não pode ser comparada à história de vida de um aluno jovem ou adulto.

Uma escola que oferece o ensino no turno da noite a um público que corresponde a alunos que têm idade e trajetória de vida muito diferentes, que têm o sonho de conquistar um futuro melhor, que têm a certeza de que a falta de escolarização lhes nega o acesso a empregos e, principalmente, aos empregos melhor remunerados, consiste em um espaço de (re)conversão cultural. Muitos destes alunos podem não ter tido oportunidades de estudo. Uns porque na época em que deveriam frequentar a escola não tinham como se deslocar; outros, porque tiveram que optar entre o trabalho ou a escola; outros, ainda, porque não se sentiram motivados, e há também os que não frequentaram por falta de interesse, de sonhos ou metas. Voltam à escola quando adultos porque perceberam o quanto é importante a escolarização. Sendo assim, o trabalho da escola que os acolhe terá, com certeza, incidências sobre a sua visão de mundo e intenção decisiva em colaborar com a formação de um cidadão preparado para a participação democrática.

4.3.6 Estímulo à cultura da participação

Com a pandemia da Covid 19, a atuação do professor se tornou um tanto difícil, mas as escolas desenvolveram práticas de ensino à distância. Para gestores de determinada escola da rede pública estadual, este momento pandêmico foi considerado um desafio: “de aula “invertida”, em que é lançada uma ideia e o aluno a desenvolve, orientado pelo professor, ou até mesmo, o aluno parte com a sugestão, exercendo “maior poder”, mesmo que no formato à distância” (Entrevistada 7). Nesse tipo de aula, os processos decisórios contam com a colaboração dos alunos, o que estimula o pensamento crítico. No entanto, conforme entendem os gestores, o resultado obtido nesse período não é o mesmo que seria, caso a abordagem fosse a prática em sala de aula. Para eles, a pandemia foi um moderador. Desta forma, foi

preciso buscar alternativas que promovessem dimensões inerentes à participação, tratando-se das manifestações individuais como características fundamentais da cultura de grupo ao qual pertenciam os alunos, por exemplo. A responsabilidade, a participação, a noção tecnológica são partes das sociedades modernas. Com essas alternativas, a estrutura produtiva teve perspectiva ampla e complexa; e o planejamento e a organização permitiram suplantar dificuldades.

Em entrevista com gestores de uma escola da rede municipal de ensino, as respostas apontaram para o estímulo à participação, que se dá de forma significativa na construção das regras, já tomadas em aula como acordos para conviver bem. Nesse processo, os alunos colaboram com sugestões e observações que conduzem a um ambiente organizado e de respeito a si mesmo e ao outro. Também, a escola passou por um atenuante – o de dar andamento ao Grêmio Estudantil que, por conta das aulas à distância, ficou um tanto “esquecido” ou inviável de organização. A criação da diretiva, a organização de eventos, a possibilidade de discussão sobre determinados assuntos, conforme exposição de gestores, oportunizava participação ativa de alguns alunos que, em contato com os demais colegas de suas salas de aula, formavam o todo, sabendo e opinando sobre as mais variadas temáticas. Outras práticas compreendem interação e participação. A expressão demonstra:

Efetivamente, os alunos participam da criação de normas e regras de boa convivência, Escolhem, anualmente, o seu professor regente, trimestralmente seus líderes de turmas. Diariamente, são trabalhados hábitos de cooperação, disciplina, postura, respeitos, solidariedade” (Entrevistada 12).

Também, configurando trabalho com a cultura da participação, gestora expôs: “Rodas de conversa são frequentemente propostas, além de fazê-los reconhecer, eles aprendem com o próprio erro” (Entrevistada 12).

Ainda, gestores da referida escola citaram um trabalho realizado, chamado Cidadania Digital – de respeito ao outro, no mundo das mídias. “Atualmente, estamos também trabalhando assiduamente a Cidadania Digital, primando pelo respeito ao outro, no mundo digital” (Entrevistada 11). Porto (2003) destaca a influência dos meios de comunicação, considerando a impotência de analisar em que condições se dá a interação e se concorre para a construção da cidadania. No caso do trabalho realizado pelos gestores, acima especificado, ficou claro, na entrevista, que foi a forma que encontraram de interagir e chegar a resultados positivos frente à participação dos alunos, seguindo o que rege o PPP. Neste íterim, pesando-se os benefícios, apontaram que as expectativas foram superadas.

Em determinado momento de entrevista, pode-se perceber que gestores de outra escola mostraram-se desgostosos, porque a escolha de líderes entre os estudantes e algumas outras organizações que ocorrem com a participação coletiva, com o diálogo presencial, tiveram que ser (re)estruturadas para a modalidade *on line*. Esta compreendeu uma forma de estimular a cultura de participação, mas o aconchego que se dava com uma brincadeira, antes do Conselho de Classe, nas ornamentações dos murais e do ambiente escolar, fez falta. A cultura da participação, conforme defendem Almond e Verba (1963), é uma forma efetiva à formação do ser humano, pois leva a compreender a influência que pode exercer, a contribuição que pode prestar, a constância que pode elencar no curso de sua vida. É assim que se iniciam as arremetidas para a formação do ‘cidadão interpretante’, tratado por Porto (2003) como transformador.

Algumas formas, já citadas anteriormente, elencaram a representatividade no Círculo de Pais e Mestres (CPM), que permite a participação dos alunos em decisões como planejamento e planos de aplicação financeira, opiniões em reunião que, depois, são repassadas em sala de aula, aos colegas. Analisando-se as referidas respostas de gestores entrevistados, entendeu-se que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a assertiva de que o CPM é um setor escolar que desenvolve práticas de atuação ativa, referenciando as suas funções, zelando pela manutenção, pela participação da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola e contribuindo com ações dos dirigentes escolares, para assegurar a qualidade de ensino e a gestão democrática na escola. Neste sentido, permitir que alunos façam parte deste setor e tenham representatividade, compreende preparo dos futuros cidadãos, no que se refere à compreensão de como funciona uma entidade, uma instituição, uma comunidade.

Nesta questão, ficaram muito evidenciadas as dificuldades vivenciadas nas escolas devido à pandemia, pois as entrevistas foram realizadas no seu auge. Também pode-se perceber que a organização estudantil, através dos Grêmios Estudantis, precisa ser retomada em algumas escolas. Ainda, observou-se que foi lembrada a importância da participação ativa nos Círculos de Pais e Mestres (CPMs), porém, nas escolas há o Conselho Escolar, instituição de grande importância nos processos decisórios, mas pouco citada.

Almond e Verba (1963) tratam da cultura política da participação, defendendo a sua estrutura política democrática bem consolidada. Para os autores, vem desde a infância e seus momentos de socialização, seguindo pelas experiências com os meios de comunicação, com a educação e com a sociedade. Assim, é reforçada por influências, atitudes, valores e demais relevâncias de aspecto cultural.

4.3.7 Cidadão: tipo ideal e características

Sobre o tipo ideal de cidadão e as suas características, ficou compreendido que existem várias concepções entre os gestores entrevistados. Uma delas é que cidadão é aquele que é “(...) participativo, tenta ficar informado das coisas que estão acontecendo na educação, no nosso meio (...) ser ativo e participativo” (Entrevistada 4). O cidadão que tem condições de desempenhar o seu papel é visto por Almond e Verba (1963) como preparado para a participação democrática e para seguir os demais caminhos que consolidam a democracia.

Para a minoria dos gestores, não tem cidadão ideal, uma vez que os jovens da atualidade procuram diversão e não demonstram preocupação com o futuro. Para um destes gestores “a solução vai ser escolas técnicas” (Entrevistado 25). Observa-se que este gestor desconhece ou desconsidera os princípios norteadores das práticas pedagógicas que constam nos documentos de sua escola e também nos referenciais curriculares. É possível ilustrar que, no processo de aprendizado, a promoção do senso de responsabilidade e a formação de uma cultura de proatividade são significativas. No entanto, a escola em que o mesmo atua tem como missão “ofertar um modelo de educação que contribua para a reflexão, ação e construção de uma realidade social que possa garantir dignidade e educação de qualidade a todas as classes sociais” (PPP da Escola). Sendo assim, é possível dar conta desta proposta promovendo-se ações que resultem em reflexão sobre posturas, desafiando o aluno a pensar criticamente a realidade social, política e histórica.

Ao ser analisado o Projeto Político Pedagógico, chamou à atenção que a concepção pedagógica de sua escola centra-se em práticas sociais, em processo de conhecimento da realidade, em diálogo, em transformação da realidade pela ação crítica dos próprios sujeitos. “Nestas práticas sociais, os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizam a convivência” (PPP da Escola). Desta forma, está contemplada no PPP a direção para o trabalho com jovens que (segundo o gestor) não demonstram preocupação com o futuro e só procuram diversão.

O ensino necessita estar atrelado ao que regem os documentos pedagógicos. O PPP, como já se explanou anteriormente, é um documento construído por todos e considerado resultado de um processo democrático de decisões. É por isso que não pode ficar “engavetado”, distanciado do acesso de todos, passar pelo desconhecimento por parte dos profissionais da escola.

As ações propostas pelo PPP precisam estar movidas por uma reflexão que pressupõe intencionalidade do currículo em oportunizar relações verdadeiramente significativas entre o

aluno e o conhecimento, auxiliar o professor no seu planejamento, oportunizar a transformação do ser. Será possível, assim, colaborar para que o mesmo se constitua cidadão ideal. A educação formal tem influência não só sobre o desenvolvimento da sociedade, mas sobre a cultura dos indivíduos.

Já a maioria dos gestores concorda entre si, observando que o cidadão ideal avalia, discute, escuta, critica, apresenta soluções, tem opinião sobre diferentes assuntos, tanto em nível de comunidade, quanto de Estado. Segundo eles, “(...)é um ser participativo, envolvido com as transformações sociais” (Entrevistado 5). Também, que convive em sociedade respeitando direitos e deveres de cada um. O cumprimento às leis foi, também, observação destes gestores. Porto (2003) afirma ser necessário haver cidadãos que tenham condições de desempenhar o seu papel de colaboradores e participativos, ou seja, que estejam preparados para a participação democrática. A esses, dá o nome de “cidadãos interpretantes”. A cultura de participação é, também, defendida por Almond e Verba (1963), como uma cultura ideal nos processos democráticos. Um cidadão que reúne condições adequadas para exercer a cidadania de forma crítica e participativa é o “cidadão interpretante”, o tipo ideal de cidadão segundo os autores.

Considerou-se, em determinado momento de entrevista, que a honestidade é característica primeira do cidadão ideal. Depois, a participação política, que não necessita ser (ou pode ser) a partidária, mas com responsabilidade. Porto (2003) trata da participação enquanto exercício e missão do agente transformador da sociedade. Neste sentido, o cidadão ideal precisa, também, estar incluído na escola que promove uma cultura política ideal, para formar um cidadão ideal.

O cidadão ideal “é aquele que tem consciência de que é um sujeito de direito à vida, à liberdade, à igualdade, ao voto - direitos civis, políticos e sociais” (Entrevistada 15). Segundo ela, ainda, é um cidadão que concebe que tem deveres a serem exercidos. Analisando-se o exposto, compreendeu-se que é alguém que tenha compromisso com a própria vida, zelando pelo seu bem-estar e convivendo com os demais de forma humanitária.

A construção da cidadania no ambiente escolar precisa propor formas de compreensão da realidade; mas, igualmente, contribuir com o entendimento sobre a estrutura desigual da sociedade. Daí a importância da formação crítica e dos conteúdos relacionados com o cotidiano dos alunos, do seu direito e dever de participar da vida social e política, para além de uma cidadania passiva - ter direito ao voto, ter direito à educação e aos demais, por exemplo.

A esta questão de cidadão foi acrescentada a concepção de que o mesmo “é aquele que

lê” (Entrevistada 1). E a entrevistada liga essa característica de leitor com a ideia de estar aproximado do “questionar”, do “refletir”, do “criticar”, do “opinar”. Assim, um ensino e aprendizagem que amplie a compreensão do aluno, para que ele construa e (re)construa novos conhecimentos o faz compreender que tem um papel, enquanto cidadão, com a leitura - a leitura do livro, a leitura de mundo.

O “cidadão interpretante” é, segundo Porto (2003), aquele que busca ter acesso a um conjunto de interpretações capazes de dar sentido à realidade política de forma consistente, ou seja, que tenha relação próxima com a cultura ideal nos processos democráticos.

4.3.8 Cultura Política: características e predominância no município

Gestores concordaram entre si, elencando o termo “cultura política” à união das pessoas nas questões que têm referência às suas vidas, como necessidades da população, participação da população, oportunidades de opinião e de decisão, não importando se é dentro de um partido político, ou não. Para os gestores “cultura política” tem a ver com escolha de lideranças; mas, também, com o assumir compromissos frente à comunidade, à escola, à determinada entidade, inclusive na família. Muitos deles citaram que é preciso desatrelá-la da política partidária, porém, ficou bastante evidente a dificuldade em fazê-lo. Conforme Porto (2003), a cultura é constitutiva da sociedade e reflete os padrões que os indivíduos incorporam, os valores mais amplos, incluindo o pensamento humano, a vivência em comunidade e as suas escolhas. Uma gestora expressou que “A cultura política inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com os valores políticos e com a realidade política” (Entrevistada 12). Dessa forma, um PPP que contempla o compromisso com a formação da consciência política, a trata como meio de constituição da cidadania.

Gestores ligaram o termo “cultura política” à ideia de participação e desenvolvimento, pensando na sociedade como um todo, que se mostra unida pelo trabalho coletivo, pelas demandas, pela educação, pelas responsabilidades traçadas nas políticas públicas. Para Almond e Verba (1963) a cultura dos cidadãos é uma das particularidades a serem levadas em consideração no estudo dos regimes políticos, das instituições políticas e do funcionamento dos governos

Os documentos pedagógicos analisados não utilizam com ocorrência pertinente o termo “cultura política”, mas gestores responderam à pergunta ligando a expressão à prática educativa com intenções de formação cidadã e participação política. A escola é um espaço social que trata dos temas cidadania, participação política, democracia e dos demais de

tamanha relevância. Na expressão de uma gestora: “Cultura política é como nós vivemos em sociedade, de que forma vemos os políticos representantes, quando tomam algumas decisões... se participamos, ou só criticamos, como nos posicionamos” (Entrevistada 11). Conforme essa gestora, no município predomina a pouca participação, tanto na vida política da comunidade, quanto em iniciativas em prol do seu desenvolvimento. Cruzando este dado da entrevista à teoria vista em Porto (2003), compreendeu-se que, quando se verifica muita desinformação e pouco interesse em relação a assuntos políticos, por parte da maioria da população, é possível que se esteja diante de um dilema democrático, considerando-se que pode ocorrer que pessoas que necessitam tomar decisões razoáveis, se mostrem incapazes de cumprir esta expectativa.

Para Almond e Verba (1963), as formas de expressão e de organização também são vistas como cultura, num tempo em que as diferentes formas de criação da sociedade representam e determinam o povo. Para uma gestora: “Penso que é participar das decisões da comunidade, ter conhecimento, não ficar alheia às ideias, não deixar de dar importância, ser participativa” (Entrevistada 18). E finalizou demonstrando, também, acreditar que no município não há participação efetiva das pessoas.

A pesquisa teórica contribui com a análise dessas concepções. É partindo-se da formação voltada à cidadania que a escola poderá auxiliar para a formação da cultura política dos (futuros) cidadãos, uma vez que a mesma é um dos fatores centrais do desenvolvimento. É certo que a escola não compreende o setor responsável por todos os problemas que demonstram falta de participação, mas tem papel central como instituição, construindo e disseminando padrões de crenças e atitudes cujos efeitos possuem relação direta com o desenvolvimento.

Assim, o tema foi tratado por gestores com conexão à vivência em sociedade, ao engajamento com as causas e as demandas, com as iniciativas que possam suprir as mesmas no município. Também, com os sentimentos, os valores, as crenças, com a realidade política e a formação do pensamento crítico. Uma gestora ressaltou: “A política é de pouca atuação (...) enraizada, de retribuir favores pelo voto, eu vejo isso...” (Entrevistada 19). Segundo ela, diz respeito ao bem público e à forma de lidar com este, com os atos e decisões que afetam estas questões no espaço em que as pessoas convivem. Para Almond e Verba (1963), o papel do cidadão na vida pública se relaciona com a cultura política e recai sob a análise e/ou a avaliação da população. Ela deveria consolidar, segundo os autores, o regime democrático.

Houve a expressão de que “a cultura política está banalizada (...) as pessoas centram em seus interesses, em *status*, em aparência” (Entrevistada 2). Segundo a gestora, o que

deveria ser, realmente, priorizado não está sendo. Há um jogo de interesses, “tanto da direita, quanto da esquerda”, um fanatismo e não uma preocupação com a sociedade. Nesse sentido, concorda-se com Almond e Verba (1963) que postulam que a concepção de cultura política tem um destino: dar conta de pontos de vista, de tendências diversas, de conjuntos de significados.

É importante que os sujeitos não se deixem ‘contaminar’ pela banalização, ou seja, pela mediocrização. É preciso que se mostrem atuantes, considerando a importância da política para o exercício cidadão. A cultura política compõem-se de diferentes sentidos, cada um deles determinando práticas de produção da existência do sujeito, ou seja, os seus valores, as normas de conduta, os hábitos, preferências, esforços. Assim, com referência a esta resposta da entrevistada, aqui registrada, a mesma envolve o sentimento e o conhecimento que ela nutre em relação ao sistema político e social do município.

4.3.9 Escola, formação de cultura política e desenvolvimento

Na investigação, via entrevista, gestores expressaram que a escola trata do assunto e busca contribuir na formação de uma cultura política que favoreça o desenvolvimento da comunidade local, mas em parte, pois ela é apenas uma das instituições ou fatores que pode interferir no desenvolvimento local. Para Porto (2003), a cultura política é definida sobre a pessoa, como ator político, ou seja, considerando orientações cognitivas, afetivas e avaliativas sobre o sistema político, em geral. A escola tem, portanto, este compromisso de contribuir para que o aluno se constitua cidadão e ser que manifesta opiniões, pensamentos, comportamentos, atitudes – porque é aí que a cultura se materializa e se consolida. Porém, essa é uma tarefa complexa, com resultados nem sempre possíveis de serem mensurados, por se manifestarem a longo prazo.

Para Almond e Verba (1963) é de significativa importância que predomine a cultura política de participação e de envolvimento dos indivíduos, para a consolidação da democracia. Não tem como uma escola se dizer democrática se não contribui para a formação de uma cultura política que favoreça o desenvolvimento da comunidade local.

Em uma fala, foi demonstrado preocupação em relação à formação de cultura política que leve ao desenvolvimento, considerando que este é um ato falho da escola, pois a ação pedagógica fica muito restrita à comunidade escolar, ou seja, alheia ao que acontece no seu entorno, na comunidade em geral. Observa-se que esta prática é totalmente contraditória ao que referem os documentos institucionais e, nesse caso, o gestor demonstrou um significativo

desconhecimento ou, talvez, descaso para com o que dizem os documentos que deveriam nortear as concepções, as falas, a prática cotidiana.

Houve a consideração de que o assunto deva aportar como tema de discussão, visto que a escola não vem desenvolvendo um trabalho nessas perspectivas, pois acha difícil fazê-lo. Para um gestor:

Hoje as escolas não falam muito em política, pois é um assunto que causa discussão, cada um defende o seu, mesmo sabendo que a situação está errada. A escola muitas vezes está amordaçada, se tu tiver uma opinião diferente do outro, é taxado de esquerda ou direita, então fica difícil de trabalhar esta questão (Entrevistado 25).

Analisando-se o exposto, depara-se com um distanciamento da possibilidade de atuação democrática na escola. Observa-se, neste caso, de forma bastante nítida, os conflitos vivenciados nas escolas, que compreendem as diferentes concepções dos gestores de uma mesma equipe, certo descomprometimento de alguns, sentimentos de impotência, insatisfação com as condições atuais das escolas e da classe, entre outros, que levam a uma postura apática, muitas vezes.

O papel da escola precisa representar uma oportunidade de sair da sujeição e aportar na política da participação, defendida por Almond e Verba (1963), do desempenho de uma instituição que planeja, organiza e executa ações para a democracia, seja dos sistemas eleitorais, representativos, ou outros, que levam à reflexão e à promoção da autonomia dos indivíduos.

No entanto, a maioria dos gestores considera a importância de um trabalho que vise a instituição de um “cidadão interpretante” e compreende que a escola realiza a sua prática nesta perspectiva. A consciência do direito de ir e vir, de zelar pelo espaço em que se vive, de exercer o voto, de ter acesso aos direitos e de cumprir com deveres está contemplada nesse trabalho. Também, a qualidade do trabalho coletivo favorece o desenvolvimento do ser e, igualmente, da sua atuação na família, na escola, na sociedade. O tipo ideal de cidadão é esse “cidadão interpretante”, segundo Porto (2003). Essa participação efetiva apontada pelos gestores respondentes reafirma a ideia de que o desempenho do aluno depende da cultura política prevalecente. Uma escola que dá importância a uma prática que reflete em sujeitos bem informados, que tomam decisões, que expressam livremente suas opiniões, que participam ativamente dos processos políticos, está formando cidadãos ideais. Assim sendo, está expondo um modelo de ensino que compreende avanço e consolidação da democracia, sendo este o seu papel central.

4.3.10 O papel da escola na sociedade atual

Considerando-se a importância deste estudo para a compreensão dos elementos que constituem a cultura política dos cidadãos e de como se dá o exercício da cidadania, foi relevante tratar da cultura enquanto elemento que propicia a transformação da sociedade, tendo ampla e complexa relação com o desenvolvimento.

Analisando-se os elementos característicos da cultura política e a forma que os cidadãos exercem a sua competência cidadã, recai-se sobre o objeto deste estudo: a escola.

A escola é uma instituição que tem a formação para a cidadania como uma de suas atribuições. Daí a relevância de se querer saber dos gestores, qual é o papel que a escola tem na sociedade atual: aquilo que está documentado e o que está sendo realizado, na prática.

A maioria dos gestores considera o que uma gestora expressou: “o papel da escola é essencial à formação do cidadão e à sua atuação na sociedade, e a instituição escolar tem procurado cumprir com o mesmo” (Entrevistada 24). Valores éticos e morais são elementos capazes de transformar pessoas, as fazendo dar um novo significado ao “estar no mundo”. O PPP de uma escola da rede municipal de ensino contempla: “(...)formar o indivíduo para a participação política, que implica direitos e deveres da cidadania, a escola procura incentivar os alunos a crescerem como cidadãos, que participam na sociedade; que zelam pelo patrimônio público; que tenham competência e dignidade” (PPP da Escola). Assim, percebeu-se que a visão de “cidadão interpretante” aparece registrada, ainda que não utilizando tal nomenclatura, em documento pedagógico que destaca os fins desta escola, preocupada em planejar e organizar a formação mais completa possível, tendo como particularidade o ser humano na sua integralidade. Mesmo que não aborde esta nomenclatura, neste curso de vida escolar, a integralidade física, moral, intelectual, mental, cultural, política e científico-tecnológica o fazem um “cidadão interpretante”, que tem como característica a cultura da participação. Isso é exercer seu papel transformador: o de “estar no mundo” e a ele pertencer.

Há a compreensão, por parte da minoria de gestores, que diferentes realidades tornam difícil o trabalho com os alunos, no sentido de torná-los líderes e bons cidadãos. E justificam esse fato presente, “porque os alunos provém de realidades heterogêneas, de um contexto de grandes dificuldades, de famílias e de uma sociedade desestruturada, o que dificulta extremamente o trabalho da escola” (Entrevistado 21).

Conforme Porto (2003), para se elaborar uma concepção razoavelmente consistente de mundo é necessária a participação democrática. Se a escola não dá sentido e garantia ao interesse urgente de colaboração ao sujeito – que tem esta demanda – na sua formação,

oferecendo-lhe condições adequadas para que exerça a sua cidadania de forma crítica e participativa nos sistemas democráticos, não está exercendo o seu papel na sociedade atual. É nesse sentido que se concorda que a cultura é elemento representativo e significador da complexidade social e a sua difusão ocorre nesse espaço capaz de centralizar decisões e chegar a resultados esperados de formação cidadã.

A importância de conviver no espaço escolar de forma harmônica, (re)conhecendo que é possível aprender conteúdos, valores morais e princípios de bom comportamento na escola e na sociedade, o que compreende “preparo para a vida” é exigência da escola democrática. A escola aproxima o aluno das tecnologias da informação e da comunicação, do conhecimento científico, da ciência dos direitos e deveres, ou seja, da vida cidadã. Sendo assim, o papel desenvolvido pela escola e acolhido pelo aluno reflete na vida em sociedade. A escola que aproxima o aluno da condição de viver de forma plena, digna, com qualidade e com liberdade, está colocando o tema desenvolvimento em destaque. As Ciências Sociais e Econômicas, segundo Lago e Rotta (2018) têm mostrado que o desenvolvimento pode e deve ser fomentado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo primeiro refletir sobre o processo de formação para a cidadania nas escolas do município de Cerro Largo/RS, a partir das concepções de cidadania e de cidadão que orientam essas instituições e seus gestores, e de suas relações com o desenvolvimento em suas várias dimensões. Chegar a esse objetivo compreendeu tomar a escola como objeto de estudo e buscar aporte teórico em nomes significativos da literatura que trata sobre o tema. A partir daí, investigar documentos pedagógicos, realizar entrevista com os gestores, debater sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento e discutir o tema, chegando-se a algumas conclusões gerais.

A pesquisa bibliográfica foi imprescindível para a realização deste estudo, servindo como aporte para a análise e discussão da teoria. A utilização de citações, ou seja, de referências, tornou capaz a exposição da análise e da reflexão feitas do que se estudou, sendo que as referências citadas permitiram que, em maior ocorrência, se expusesse o entendimento da pesquisadora e a sua expressão sobre o estudo realizado. Assim, o que se produziu poderá servir de contribuição ao que se construiu no decorrer do mestrado, bem como de possibilidades indicativas a estudos futuros sobre o tema.

A entrevista, técnica aplicada neste estudo, com vistas a obter informações acerca do tema, permitiu contato direto com os gestores, com base em perguntas e respostas, sendo conduzida por uma orientação não diretiva, baseada naquilo que ia emergindo durante o momento de interação. Foi elaborada com a intenção de abrir para a possibilidade de verificação, relevância e credibilidade.

A realização de entrevistas, nesta pesquisa qualitativa, não foi tarefa simples, pois necessitou selecionar entrevistados a partir de critérios, como o de serem gestores, terem disponibilidade e interesse em participar, bem como em expressar a sua visão da realidade escolar. Algumas entrevistas passaram a ideia de que o discurso parece ser um e a realidade vivenciada no cotidiano parece ser outra. É preciso destacar, porém, que alguns gestores demonstraram ter a percepção da necessidade de correlação entre normativas, discurso e prática.

É nesse sentido que o registro exposto contemplou a visão dos gestores e o contexto em que as escolas se inserem e fundamentam um ensino e aprendizagem com vistas à formação para a cidadania. É assim, também, que se tornou possível demonstrar a atuação das escolas do município no processo que envolve composição da cultura política; da relação entre essa cultura e os padrões de comportamento político dos cidadãos; das correlações entre

tais padrões de comportamento e o desenvolvimento local.

Algumas coerências, incoerências e contradições puderam ser vistas no decorrer do caminho. E, seguindo-se o contorno delas, pôde-se refletir e discutir sobre o papel que a escola tem desempenhado no processo de formação da cultura política dos cidadãos.

Entre as coerências presentes nos resultados das investigações, existe o processo de construção coletiva dos documentos pedagógicos da escola, o seu planejamento e organização envolvendo todos os sujeitos escolares, seja via reuniões presenciais, ou via questionários a serem respondidos em casa e analisados pelos sujeitos dos diferentes setores internos da escola, uma vez que cada escola tem autonomia para decidir sobre como se dará a atuação dos segmentos escolares na construção do documento. Outra conformidade é o fato de que todas as escolas demonstraram consideração ao PPP como norteador do ensino e aprendizagem. Além disso, apareceram como elementos concernentes à “cidadania”, os direitos civis e políticos, nos discursos dos entrevistados.

Já as incoerências aparecem em três pontos, de forma mais contundente: “realidade do aluno”, “formação efetiva de um sujeito crítico” e “cultura política”. Os documentos e os discursos contemplam esses interesses. Expressam valorização à história de vida, ou seja, à realidade do aluno, porém, esta realidade contempla, em muitos casos, falta de interesse e de motivação para o estudo, em decorrência do contexto sócio-econômico do educando, dentre outros fatores.

A “formação do sujeito crítico” também está contemplada nos documentos e nas falas de gestores, no entanto, essa difícil tarefa pode se perder, mesmo que o intuito não seja esse. Uma demanda, por exemplo, é poder construir um elo social. Dependendo da necessidade, o aluno pode assumir um novo lugar, construir um novo significado ao que lhe parecia difícil, mudar sentidos e contextos, participando de grupos, ou mesmo individualmente, com a orientação do professor dedicado, ativo e efetivo. Assim, não é apenas o aluno que deve se mostrar receptivo, para que se construa um novo significado ao ensino e aprendizagem.

As contradições que apareceram se dão em diferentes contextos: quando a relação professor-aluno se mostra em crise e não acontece um processo mediador, por exemplo; quando professores não têm a preocupação com o estar em constante formação, ou seja, ter uma boa formação inicial e dar continuidade a ela, colocando em prática o aprendizado e aprendendo com os alunos, a partir daí; quando a educação não tem uma preocupação expressiva com o propósito social e em levar o aluno a ser e sentir-se pretencer nesse propósito; quando a relevância do processo não está pautada em assimilar culturas, compreender contextos políticos, desenvolver autonomias, ter vultuosidade de conhecimentos

com vistas a orientar o aluno para os desafios da vida adulta: ter crescido e começar a atuar na profissão que escolher; quando políticas públicas educacionais não promovem a elevação da qualidade de ensino e são, tantas vezes, ineficazes. Todas essas contradições colocam a temática da cidadania reduzida a contextos como questão de votação, de problemas sociais, de benefícios políticos.

Nas dimensões analisadas, os dados evidenciam, em um primeiro momento, que tudo parece estar “afinado”. Mas o que se vê é que as escolas pesquisadas não têm conseguido, de fato, dar conta da tarefa de formar “cidadãos interpretantes”, críticos, autônomos e participativos. Se conseguissem, é bastante provável que teríamos uma sociedade diferente. Notou-se que dois pontos podem estar impedindo a execução desta tarefa, ou mostrando-se insuficientes para garantir que o aluno aprenda, ampliando seus horizontes. Esses pontos têm relação com padrões culturais e com significados presentes no cotidiano escolar.

Na verdade, os significados do cotidiano precisam ser dominados. Conceitos necessitam ser apreendidos, com vistas a ampliar capacidades de reflexão, estimular o pensamento frente às complexidades – não somente das relações, mas também dos afetos; possibilitar estratégias de ação que levam à argumentação com base na realidade e, assim, formar cidadãos críticos, que primam por valores sólidos, conhecedores do seu papel na sociedade. Só assim a escola estará ajudando o aluno a constituir-se um ser cultural, um “cidadão interpretante”.

Faz-se necessário observar que estudos sobre políticas públicas e projetos de desenvolvimento podem qualificar, de modo significativo, os resultados sobre a incorporação e as mudanças culturais: como ela se forma, como se dissemina, como se consolida e como influencia no comportamento das pessoas. Se a escola compreende um espaço repleto de condições favorecedoras à difusão cultural, cabe a ela esse papel central de compromisso com a formação básica e geral dos (futuros) cidadãos. Certo é que não é essa uma função exclusiva da escola, mas a consolidação de oportunidades, tão resolutivas para a formação da cultura política, no campo específico da cultura, deve ser incorporada às intenções da escola. É daí que surgem as expressividades do aluno, a construção de repertórios próprios, a facilitação à formação, à disseminação e à influência no seu comportamento, ou seja, o viés cultural pode ser refletido e incluído como tendência social.

Ainda, constatou-se que os padrões culturais precisam ser (re)conhecidos pelo professor. Não basta que ele conheça bem o aluno, mas que tenha proximidade com a comunidade escolar e com a sociedade. É necessário conhecer e analisar a cultura política das pessoas, do local; bem como ter claro sobre como ela se forma e quais as instituições que

interferem na sua formação. É necessário que se trabalhe até a exaustão, tendo-se compromisso com as diferentes classes sociais – porque elas existem –, mesmo que os sujeitos provenham de uma classe menos privilegiada. Na escola, são esses alunos que se apresentam com maior demanda a uma atenção bem direcionada. Nenhum aluno pode ser visto como inadaptado, mas como capaz de aprender com significado. E aprender com significado compreende ter o seu aprendizado primeiro valorizado, para que consiga construir o novo, com a orientação segura do professor e dos demais sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender.

Muito do que se leu nos documentos pedagógicos não acontece na prática. Um PPP, por exemplo, pode até ser planejado, organizado e construído coletivamente, mas a forma de sua condução, ou execução parece não condizer com o que o mesmo contempla, ou ocorre de forma descontextualizada, mal interpretada, muitas vezes. Obviamente essa não é uma tarefa fácil, porém, demanda comprometimento, atenção e, acima de tudo, busca constante de formação e de aperfeiçoamento por parte dos profissionais envolvidos.

Se a escola tem como fim formar “cidadãos interpretantes”, necessita adotar um ensino em consonância com o que foi planejado, organizado e documentado. Um ensino adequado aos novos tempos – pela interação, pelo diálogo transformador, de caráter inteligente e abundante, que leva o aluno a refletir, compreender e participar, para uma educação verdadeiramente democrática – é capaz de chegar à formação e ao autêntico exercício da cidadania.

O debate sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento mostrou que a escola tem conseguido, em parte, desempenhar essa tarefa desafiadora de formação para a cidadania, voltada à autonomia de pensamento, à postura crítica e socialmente comprometida. No entanto, tem muito, ainda, a se fazer, conforme se viu em Almond e Verba (1963) e Porto (2003), cujas teorias se complementam e serviram de referência a este trabalho, por estarem correlacionadas com a escola e seu papel de formação do cidadão. Uma dessas ações compreende em a gestão escolar convocar a escola, a comunidade e a gestão pública a debaterem sobre as relações existentes entre cultura, comportamento político e desenvolvimento, levando ao maior número possível de pessoas, a oportunidade de ouvir, discutir e refletir sobre esses saberes. Observou-se que a realização da pesquisa junto às escolas, que resultou neste trabalho, suscitou a reflexão desses temas por vezes esquecidos.

A sociedade deposita esperança no ensino e na aprendizagem realizados na escola. Porém, às vezes, a esperança se perde na espera desse novo tempo, ou seja, de novos comportamentos, novas ideias, novas concepções, novos juízos de valor - o que só é possível

se a ideia de formar “cidadãos interpretantes”, criativos, autônomos e participativos for uma bandeira de todos os educadores, para que venha a ser, realmente, efetivada.

Em suma, a realização do presente trabalho, além de proporcionar muita aprendizagem, oportunizou um conhecimento maior sobre as concepções de cultura e de cidadania, e sua relação com o desenvolvimento, presentes nas escolas – nos registros e nos discursos. Acima de tudo, esse novo olhar, na condição de pesquisadora, permitiu perceber a realidade das escolas de maneira diferente, modificando a visão que se tinha e estabelecendo novos paradigmas. E, em consequência, novas metas a serem empreendidas no campo de atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. La Cultura Política. *In*: ALMOND, Gabriel A. et al. **Diez Textos Básicos de Ciência Política**. Madrid: Ariel, 1963. p. 171-201.

Disponível em:

<<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/cpuno/asoc/profesores/lecturas/almondverba.pdf>>.

Acesso em: 05 fev. 2021.

ALMOND, Gabriel A. The intellectual history of the civic culture concept. *In*: ALMOND; A; VERBA, S (Eds.). **The Civic Culture Revisited**. Newbury Park: Sage, 1989, p. 1-36.

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3077>>.

Acesso em: 30 jun. 2021.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018. e-PUB. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF 1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2017 Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26/05/2022.

BRASIL. **Formação de Professores do Ensino Médio**. O Currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Etapa I – Caderno III. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. **Lei 9.394/1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói/RJ, ano 3, n. 3, 2005. DOI:

<<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>>. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COLÉGIO LA SALLE MEDIANEIRA - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2021.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. SP: Atlas, 2005.

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EUGÊNIO FRANTZ - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2019.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PE. TRAEZEL - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2019.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SARGENTO SÍLVIO DELMAR HOLLENBACH - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOM PEDRO II - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2021.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR. OTTO FLACH - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2021.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JACOB REINALDO HAUPENTHAL - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2021.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PE. JOSÉ INÁCIO SCHARDONG - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO FRANCISCO - **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 244p.

GUARÁ, Isa. F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

HARRISON, Lawrence E. **Cultura e Desenvolvimento Econômico**. Instituto Ordem Livre, 2008. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/cultura-e-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

HARRISON, Lawrence E.; HUNINGTON, Samuel P. **A Cultura Importa**: os valores que definem o progresso humano. São Paulo: Record, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/RS/Cerro Largo/Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cerro-largo/panorama>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

KUSCHNIR, Karina, CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4332982/mod_resource/content/1/Dimens%C3%B5es%20subjetivas%20da%20cultura%20pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Métodos de Pesquisa Qualitativa Aplicada à Comunicação Radiofônica**. Disponível em: Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas

/org. Cláudia Peixoto de Moura, Mara Immacolata Vassallo de Lopes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Acesso em: 21/04/2022.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edemar. Sobre a relação entre Cultura e Desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 3, 2018.

DOI: <<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v23i3.12517>>. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/12517>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 3., 2007,

Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2007.

Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/ElizabethLoiola_PauloMiguez.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Maria José D.; MOGARRO, Maria João. A educação para a cidadania no século XXI. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 53, p. 185-202, maio 2010. DOI:

10.35362/rie530566. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260386525_A_educacao_para_a_cidadania_no_seculo_XXI>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAN, José Manuel. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD – Uma leitura crítica dos meios**. 1999. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. *In: CAMPUS EUROAMERICANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL*, 5., 2007, Almada/Portugal. **Anais [...]**. Almada - Portugal: CEC, 2007.

PESTANA, Simone Freire Paz. Afinal, o que é educação integral? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, jan/jun. 2014.

DOI: <<https://doi.org/10.20500/rce.v9i17.1713>>. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1713>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PORTO, Mauro Pereira. Mídia e Deliberação política: O Modelo do Cidadão Interpretante. **Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 67-108, 2003. DOI:

<<https://doi.org/10.5007/%25x>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4955>>. Acesso em: 05 abril 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. **Site**. Disponível em :

<<https://sae.digital/base-nacional-comum-curricular-competencias/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Disponível em: <<http://humana.social/wp-content/uploads/2017/01/PUTNAM-Robert-1993-Comunidade-e-Democracia-A-Experi%C3%A2ncia-da-It%C3%A1lia-Moderna.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; MOREIRA, Antônio Flávio. Currículo: questões de seleção e de organização do conhecimento. **Ideias**: currículo, conhecimento e sociedade, FDE, São Paulo, n.26, 1995.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Educação e cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, Erechim, v. 3, n. 1, p. 13-27, jun. 2016.

DOI: <<https://doi.org/10.36661/2358-0666.2016n1.8956>>. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/8956/5587>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 26., 2006, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, CE: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TRENNEPOHL, Dilson. *et al.* Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflito. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 5, n 9, p. 147-161, jan-jun 2007. DOI: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2007.9.147-161>>. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/141>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 5ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

CULTURA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS DE CERRO LARGO/RS, NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Prezado participante:

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre “Cultura política, educação e desenvolvimento: uma análise da atuação das escolas de Cerro Largo/RS, no processo de formação para a cidadania”, desenvolvida por Neiva Fogolari, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Mestrado) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Cerro Largo, sob orientação do Professor Dr. Ivann Carlos Lago.

O tema central do projeto consiste em uma investigação amparada no debate sobre a cultura política e sua relação com o desenvolvimento, tomando a escola como objeto de estudo. O foco da investigação será a análise das concepções de cidadão e de cidadania que orientam as escolas, como condição para compreender de que forma a escola interfere na cultura e no comportamento político dos cidadãos, assumindo-se esse comportamento como um fator importante e necessário ao desenvolvimento.

O objetivo central do estudo é analisar o processo de formação para a cidadania junto às escolas do município de Cerro Largo/RS, assumindo-o como elemento central na composição da cultura política, e sua relação com o desenvolvimento em suas diversas dimensões (social, econômica, política, ambiental, humana), considerando a influência que a instituição escolar exerce sobre as visões de mundo e o comportamento sociopolítico dos cidadãos.

O desenvolvimento do projeto envolve o estudo de referenciais teóricos, a análise de documentos institucionais e a realização de entrevistas com gestores e coordenadores pedagógicos das escolas de Educação Básica do município. A partir da análise de documentos e também das respostas dos entrevistados, os dados serão interpretados, buscando seu significado a partir dos referenciais utilizados e do contexto onde eles foram produzidos. As conclusões obtidas resultarão na produção da dissertação de Mestrado. Esta apresentará uma análise detalhada do processo de formação para a cidadania realizado pelas escolas do município de Cerro Largo/RS e sua interferência (ou não) na composição da cultura política; da relação entre essa cultura política e os padrões de comportamento político dos cidadãos; das correlações entre tais padrões de comportamento e o desenvolvimento local.

A sua participação consistirá em responder às questões da entrevista, para a qual estamos solicitando sua autorização, inclusive de que seja gravada. Solicitamos, também, pelo presente, o acesso aos documentos pedagógicos que norteiam seu trabalho na escola.

Sua participação é voluntária, não remunerada. Portanto, não é obrigatória, contudo, ela é de extrema relevância para a execução da pesquisa. Caso não se sinta à vontade para conceder a entrevista, poderá desistir, sem qualquer tipo de ônus. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas. Os questionários das entrevistas não serão identificados e os dados serão tratados de forma anônima. Tanto os arquivos digitais (gravações) como os dados coletados na pesquisa documental a ser realizada nas escolas

ficarão arquivados e guardados pela equipe de pesquisa por cinco anos. Posteriormente, serão descartados. Enquanto entrevistado(a), você poderá ser beneficiado(a) com informações importantes acerca do objeto de estudo, as quais poderão ser utilizadas em sua vida pessoal e profissional; o estudo poderá estimular a reflexão sobre as atividades desenvolvidas nas escolas e gerar mudanças e inovações.

A devolutiva da pesquisa será dada por meio de sua apresentação e de disponibilização por meio de biblioteca virtual, de acesso público, da UFFS. Além disso, há possibilidade de realização de um encontro nas escolas, para a apresentação dos resultados da pesquisa, para o qual serão convidados os entrevistados, os profissionais do magistério e comunidade em geral.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra, com o pesquisador.

_____, _____ de _____ de 2021.

Após ser devidamente informado(a) sobre todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu, _____, concordo em conceder a entrevista e autorizo, também, a sua gravação.

Assinatura: _____

CAAE:

Número do Parecer de Aprovação no CEP/UFFS: Data de Aprovação:

Assinatura do Pesquisador Responsável

Pesquisadora: Neiva Fogolari

Fone para contato: (55) 9 8411-2820 e-mail: neivafogolari@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, *Campus Cerro Largo*/RS, Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, nº 1.580, São Pedro, CEP 97900-000, Brasil.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Fone: (49) 2049-2600 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, *Campus Chapecó* - SC, Rodovia SC 484 – Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899.

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

1. Em sua opinião, como o trabalho desenvolvido pela escola interfere no desenvolvimento da sociedade?
2. O que você entende por cidadania e como define o papel da escola na formação do cidadão?
3. O currículo escolar da sua escola contempla a formação para a cidadania? Quais valores têm sido tomados como centrais nas estratégias de formação para a cidadania?
4. Os conteúdos escolares sobre política e cidadania se relacionam com o mundo político e com a realidade dos alunos? De que forma?
5. Você acredita que o trabalho desenvolvido na instituição exerce influência sobre as visões de mundo e o comportamento sociopolítico dos alunos/cidadãos?
6. O que é feito na escola, na prática, para estimular a cultura de participação dos alunos? Os alunos participam dos processos decisórios? Quais? Como isso ocorre?
7. Em sua opinião, qual é o tipo ideal de cidadão? Quais são suas características?
8. O que você compreende por cultura política? Quais são, em sua opinião, as principais características da cultura política predominante em Cerro Largo?
9. A escola tem contribuído na formação de uma cultura política que favoreça o desenvolvimento da comunidade local?
10. Como você descreveria o papel da escola na sociedade atual?

APÊNDICE C - PERFIL GERAL DOS ENTREVISTADOS

A entrevista compõe a pesquisa e foi autorizada pelo Comitê de Ética de Pesquisa - CEP/UFFS. Nesse sentido, a identidade dos entrevistados foi preservada, sendo que foram (re)conhecidos conforme segue:

ENTREVISTADO 1: sexo feminino ; 27 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 2: sexo feminino; 30 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 3: sexo feminino; 65 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 4: sexo feminino; 46 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 5: sexo masculino; 57 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 6: sexo feminino; 47 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 7: sexo feminino: 54 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 8: sexo feminino; 57 anos; rede estadual de ensino; (óbito pós-entrevista).

ENTREVISTADO 9: sexo feminino; 47 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 10: Masculino; 60 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 11: sexo feminino; 58 anos rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 12: sexo feminino; 56 anos; rede rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 13: sexo feminino; 43 anos; rede municipal de ensino.

ENTREVISTADO 14: sexo feminino; 56 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 15: sexo feminino; 36 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 16: sexo feminino; 56 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 17: sexo feminino; 51 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 18: sexo feminino; 50 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 19: sexo feminino; 58 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 20: sexo feminino; 48 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 21: sexo masculino; 47 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 22: sexo feminino; 58 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 23: sexo feminino; 43 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 24: sexo feminino; 74 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 25: sexo masculino; 47 anos; rede estadual de ensino.

ENTREVISTADO 26: sexo feminino; 59 anos; rede particular de ensino.

ENTREVISTADO 27: sexo feminino; 54 anos; rede particular de ensino.

ENTREVISTADO 28: sexo feminino; 41 anos; rede particular de ensino.